



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 744 - DE 20 DE JULHO A 2 DE AGOSTO DE 2025 - R\$ 5,00



Em defesa da independência e soberania nacionais!



Derrotar a ofensiva de Trump com o programa, a organização e os métodos da classe operária

Que as centrais, sindicatos, movimentos e correntes que se reivindicam do socialismo se coloquem pela organização de uma frente única anti-imperialista

PELA CONVOCAÇÃO IMEDIATA DE UM DIA NACIONAL DE LUTA!

36
anos

do Partido Operário Revolucionário



Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

Ataque frontal dos Estados Unidos ao Brasil

Somente a classe operária pode defender a soberania nacional

A guerra comercial dos Estados Unidos, agora, atinge ampla e profundamente a economia brasileira, caso Trump alcance o seu objetivo. A tarifa de 50% destroçará o volume, o valor e a variedade das exportações aos Estados Unidos. Inicialmente, como parte do plano geral de elevação tarifária, lançado nos primeiros dias da posse do governo republicano, o Brasil se viu diante de um aumento de 10% generalizado e de 25% sobre o aço e o alumínio. Bastavam essas taxas para afetar sensivelmente as atividades econômicas dependentes do comércio exterior com os Estados Unidos. O governo Lula se dispôs, cordialmente, a negociar. Realizou inúmeras reuniões com a representação norte-americana e nada foi alterado.

A primeira investida contra o Brasil, nos marcos da investida mundial, na realidade, correspondia a um ensaio. Trump tinha em seus cálculos que o Brasil fazia e faz parte da estratégia da guerra comercial, que tem como centro a China. Como maior economia da América Latina, ao lado do México e Argentina, teria de se sujeitar e alinhar às mudanças na política exterior dos Estados Unidos, que tomaram forma e conteúdo mais agressivos com a derrocada do democrata Biden e a volta de Trump ao poder. O conflito com o México continua a sua escalada. A Argentina se adaptou imediatamente, sob a política francamente antinacional de Milei. O que não quer dizer que Trump esteja totalmente satisfeito com a burguesia argentina.

Recentemente, em 9 de julho, o Brasil se viu envolvido em uma segunda fase do plano do imperialismo norte-americano. A carta que taxava o Brasil em 50% sequer seguiu os canais diplomáticos. Chegou ao governo Lula por meio informal da rede Truth Social. O desprezo com o governo Lula expressou de fato a prepotência dos Estados Unidos perante o Brasil.

Distintamente do México e da Argentina, o Brasil como país latino-americano ocupa um importante lugar na organização e funcionamento do BRICS. Essa posição foi alcançada precisamente porque o Brasil estabeleceu e desenvolveu amplas relações comerciais com a China, desde o momento em que nesse país asiático se iniciou o processo de restauração capitalista. O mercado chinês, finalmente, se tornou uma âncora para as exportações brasileiras e, conseqüentemente, se abriu como um importante canal de importação de manufaturas chinesas. A economia brasileira, grandemente dependente da exportação de produtos agrícolas e minerais (commodities), potenciou suas forças produtivas nas condições de projeção da China como a segunda potência econômica mundial. E, concomitantemente, nas de declínio da hegemonia norte-americana.

Nessa equação contraditória, é preciso considerar a vitória da contrarrevolução que levou ao desmoronamento da URSS e colocou a Rússia em uma posição de choque com os interesses do imperialismo norte-americano e europeu na Eurásia. A guerra na Ucrânia emergiu como o acontecimento militar mais importante após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos passaram a considerar a China e a Rússia como os dois rivais mais relevantes, nos marcos de seu declínio.

A presença dessas duas potências militares no BRICS estabeleceu uma linha divisória das confrontações mundiais. O G7 e o G20 vêm perdendo importância. O BRICS foi ampliado e vem se elevando desafiadoramente à hegemonia dos Estados Unidos estruturada desde os acordos de Yalta e Potsdam. Não

por acaso, Trump se enraiveceu com a discussão no BRICS em torno do poder do dólar sobre as relações mundiais e o seu manejo imperial pelos Estados Unidos.

O apoio de Lula a essa movimentação conduzida pela China tem sido condenado pelo imperialismo norte-americano. Em uma escala mais ampla, Trump inclui em seu arsenal o fato do governo Lula não apoiar o cerco da OTAN à Rússia e por condenar como genocídio a carnificina do povo palestino desfechada na Faixa de Gaza por Israel com o franco apoio dos Estados Unidos. Nessa mesma linha, o governo brasileiro censurou o bombardeio dos Estados Unidos e de Israel ao Irã. Esses posicionamentos foram comuns ao da China e Rússia, e de parte de outros membros do BRICS. Sob o governo de Trump, se tornou ainda mais intolerável que o Brasil não se alinhe clara e absolutamente à estratégia norte-americana para o enfrentamento da crise mundial do capitalismo. O modelo que cai perfeitamente à bandeira "América em primeiro lugar" é o do servilismo do tipo Milei na Argentina.

O governo Lula, distintamente do governo Bolsonaro, deu preferência aos vínculos com o BRICS, não porque se opõe aos Estados Unidos por ideologia ou princípio anti-imperialista, mas sim porque a China passou a ser mais favorável aos interesses econômicos do Brasil. A burguesia brasileira, por sua vez, aceitou esse curso, apesar de acidentado, devido ao fato de que a maior parte de sua exportação é consumida pelo gigantesco mercado chinês.

Não há dúvida de que o crescimento dos investimentos de capitais chineses no Brasil e na América Latina tem sido mais favorável às suas forças produtivas do que os dos Estados Unidos. Não há como negar que a Nova Rota da Seda vem despertando os interesses de parte da burguesia brasileira e latino-americana. A expansão econômica e comercial da China em todo o mundo se choca com a ordem mundial subordinada aos fundamentos econômicos dos Estados Unidos. Essa é a base do acirramento da guerra comercial conduzida por Trump.

O fato de a ultradireita ter perdido as eleições em 2022 para um expoente do nacional-reformismo, ainda que esfarrapado, desconcertou os passos entre os Estados Unidos e o Brasil. A defesa que Trump faz de Bolsonaro e das suas hostes contra o processo movido pelo Supremo Tribunal de Federal (STF), que caminha para concluir na condenação e prisão do ex-presidente, é a forma de incentivar e erguer uma fração da grande burguesia contra o governo Lula. Nada melhor do que impor a taxa de 50% às exportações que atinge, em grande medida, a agropecuária, o agronegócio e, portanto, a fração burguesa ruralista.

Trump procura potenciar a crise política, que já é grande, ampliando as divisões interburguesas, que caracterizaram a polarização nas últimas eleições. O bolsonarismo se identificou com os ataques de Trump e está arcando com a justa pecha de "traidores da Pátria". Tudo indica que não há possibilidade de reversão da condenação de Bolsonaro. Esse resultado, certamente, esteve nos cálculos de Trump.

É sintomático que, ao lado da mega taxação, os Estados Unidos iniciaram uma investigação comercial contra o Brasil. O que inclui o conflito em torno da regulamentação das Big

CONTINUA →

Techs. Agora expandido para o sistema de pagamento PIX. A amplitude das exigências do imperialismo norte-americano indica que Trump está empenhado em levar ao extremo a rota de colisão dos Estados Unidos com o Brasil. O aprofundamento da crise política é favorável aos objetivos de Trump e ao avanço da reorganização da direita nas condições de enfraquecimento da ultradireita.

Lula e seus partidários recorreram à bandeira burguesa de “união nacional”. A possibilidade de potenciar ainda mais a divisão interburguesa é grande. Não por acaso, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, deu início a um movimento paralelo junto aos grandes capitalistas e à embaixada dos Estados Unidos. Lula criou o “comitê de governo”, centralizado por Alckmin, para dar expressão à “união nacional”. As associações empresariais recomendaram que se evite retaliação. Representantes das centrais sindicais disseram estar preocupados com os empregos. Não se chegou, assim, a nenhum plano de negociação com o governo norte-americano. Os primeiros passos dão a entender que a tormenta crescerá na medida em que se aproximar a data fatídica de 1 de agosto.

O pronunciamento de Lula à nação pareceu firme e brando. Encurralado por tantas pressões, o governo não teve nada a oferecer aos exportadores, que mostram os números da crise que está por vir e as consequências que recairão sobre os empregos. O ataque à soberania do Brasil é flagrante. A imposição das taxas alfandegárias golpeia a economia nacional. A exigência de livrar Bolsonaro da acusação de tentativa de golpe de Estado resulta da intervenção de Trump na política interna do Brasil. As consequências econômicas recairão, sobretudo, nas costas dos trabalhadores. Esse problema, de conjunto, está nas mãos da burguesia e de seus governos.

A classe operária e os demais explorados estão à margem desses terríveis acontecimentos. Era para as centrais, sindicatos e movimentos recorrerem à mobilização e organização independente dos explorados perante as manobras dos governos, dos partidos burgueses e das associações empresariais. As direções sindicais burocráticas e colaboracionistas aguardam as ordens do governo Lula, do PT, PSOL e outros aliados. Estão alinhadas por detrás da bandeira burguesa de “união nacional” e esperam a chegada do anunciado terremoto. No entanto, somente a classe operária pode se contrapor aos ataques frontais do imperialismo norte-americano e defender a soberania nacional.

A burguesia, dependente que é dos Estados Unidos, não irá atacar seus capitais que há séculos saqueiam a semicolônia brasileira. Não pretende que o governo Lula sequer se utilize do “direito à reciprocidade”.

Ao contrário, o programa da classe operária é o de expropriação, nacionalização e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Esse fundamento básico da revolução social corresponde ao lugar do proletariado como classe capaz de se contrapor a toda forma de opressão. O Brasil está diante da ação e dos métodos da opressão imperialista. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de lutar no interior dos sindicatos e movimentos para pôr em pé a frente única anti-imperialista.

O Partido Operário Revolucionário defende que as centrais e sindicatos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lula, que sirva de ponto de partida para organizar o combate dos explorados sobre a base de um programa e da estratégia revolucionária próprios.

Resolução do Comitê Central do POR (CC), aprovada em 13 de julho

Sobre o ataque dos Estados Unidos ao Brasil

1. A carta de Trump ao governo Lula, contendo a taxa de 50% sobre os produtos exportados aos Estados Unidos e criticando o Supremo Tribunal Federal (STF) por condenar Bolsonaro, foi enviada logo após a reunião do BRICS e a assinatura de um acordo de construção da ferrovia ligando o Brasil com o porto chinês de Chancay no Peru. Faz parte da guerra comercial travada pelos Estados Unidos com a China, que envolve a denúncia de Trump sobre a pretensão do BRICS de substituir o dólar por outro tipo de moeda;

2. A ofensiva de Trump contra o governo Lula contou com a participação de Eduardo Bolsonaro, que vem fazendo uma investida nos Estados Unidos para impedir a prisão de seu pai. O que implica responsabilizar o STF, Alexandre de Moraes, pelo processo condenatório aos dirigentes da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023;



3. A taxa de Trump serviu para desviar o foco da crise política, que estava concentrada na rejeição do Congresso Nacional ao projeto do governo de elevação do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF);

4. A reação da fração burguesa vinculada ao bolsonarismo promoveu o encontro de Tarcísio de Freitas com um dos representantes diplomáticos dos EUA. O objetivo era propor ao governador de São Paulo que abrisse negociação com os setores afetados com a medida de Trump. Assim,

se estabeleceria uma organização paralela à do governo federal;

5. É fato que a taxa e o pedido de anistia a Bolsonaro favoreceram o PT, em particular a Lula, que apresentava resultados negativos nas pesquisas eleitorais. O governo armou uma campanha em torno à soberania nacional e contra a interferência dos Estados Unidos no país;



6. Dessa forma, o ato em São Paulo do dia 10 de julho, sob a bandeira de “Congresso inimigo do povo”, para defender o governo Lula diante da rejeição de seu projeto de IOF, exigência de taxação dos bilionários e para reivindicar o fim da escala 6X1, se transformou em um enorme protesto contra as medidas de Trump;

7. As direções sindicais e populares que se recusavam a convocar as manifestações, como foi o caso dos atos contra o genocídio do povo palestino, trouxeram operários e trabalhadores em geral, a exemplo do Sindicato Metalúrgico do ABC, da central sindical UGT e do MTST. Disciplinadamente ocuparam o centro da manifestação e entoaram as palavras de ordem contrárias à taxação e à anistia de Bolsonaro. E em defesa da soberania nacional e a legitimidade das instituições brasileiras. Não faltaram gritos de “o Brasil é dos brasileiros”, “Lula em 2026” e de críticas ao governador Tarcísio. A burocracia pró-governo de frente ampla aproveitou para vestir a máscara do patriotismo burguês e pequeno-burguês;

8. A burguesia brasileira é submetida ao imperialismo norte-americano, o que a torna incapaz de defender a soberania nacional. Vêm à tona as formulações estratégicas do programa do POR, bem como a tática correspondente. A defesa da frente única anti-imperialista permite incorporar o problema internacional aos problemas nacionais. A luta contra o intervencionismo dos EUA coloca na mão dos explorados a defesa da nação oprimida;

9. A resposta do PT e aliados vem no sentido da “união nacional”. Dessa forma, a soberania para os defensores da “união

nacional” significa uma aliança com partidos de direita, centro e reformista para “negociar” uma saída com o governo Trump. Trata-se de uma tentativa de unir as frações burguesas em torno ao governo Lula e arrastar os sindicatos por detrás do patriotismo burguês;

10. O governo Lula não pode recorrer à tática da luta anti-imperialista, porque sua governabilidade depende da frente ampla constituída desde a sua posse. Assim, a linha política de Lula é de capitulação, ou seja, da “negociação” subordinada às frações burguesas mais vinculadas aos Estados Unidos. No entanto, não pode se sujeitar à exigência de anistiar Bolsonaro, tendo em vista as provas contundentes na efetivação do fracassado golpe de Estado;

11. O POR denuncia a taxação de Trump, combatendo o entreguismo da ultradireita e a linha de conciliação burguesa sob a estratégia reformista de “união nacional”. Essa linha é de união entre capital e trabalho, de forma que submete as organizações operárias, camponesas e populares ao governo e aliados. Defende que somente a classe operária organizada e em luta pode combater pela a independência e soberania nacionais. A luta anti-imperialista é parte do programa da classe operária. Nesse momento, essa bandeira ganha concretude e permite diferenciar a linha revolucionária da linha das correntes de esquerda e do reformismo/estalinismo. Coloca a classe operária como a única classe capaz de responder com o programa da revolução social à ofensiva imperialista sobre os países semicoloniais.

13 de julho de 2025

Declaração contra Trump

Em defesa da independência e soberania nacionais!

Derrotar a ofensiva de Trump com o programa, a organização e os métodos da classe operária

O Brasil recebeu um ultimato do imperialismo norte-americano. Tem até o dia primeiro de agosto para responder. Distintamente dos demais países que foram taxados, Trump agregou exigências de ordem estritamente interna: 1) livrar Bolsonaro e seus asseclas do processo referente à tentativa de golpe de Estado; 2) revogar a regulamentação das redes sociais pelo STF; 3) acabar com a aspiração e apoio de Lula a uma parcela dos componentes do BRICS de criação de uma moeda não sujeita ao padrão do dólar.

No caso do tarifaço, o Brasil padece de um alto déficit em sua balança comercial com os Estados Unidos. Na investida inicial, Trump ditou a tarifa geral de 10% e taxou em 25% o aço e o alumínio. Elevou para 50%, alegando determinadas justificativas políticas. No caso particular das redes sociais, o imperialismo reagiu em defesa de seu monopólio da informação: abriu um processo nos Estados Unidos e visou a figura do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. No terreno geral da guerra comercial, o imperialismo ataca a decisão do governo Lula de fortalecer o BRICS, que tem a China como seu pilar de sustentação.

Trump aguardou o final da reunião dos BRICS, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho, para desfechar seu ataque. Qualificou o Brasil como um dos agentes do antiamericanismo. Embora não seja correta a qualificação, indica que o Brasil deve de se alinhar aos Estados Unidos em sua guerra comercial que tem por alvo principal a China, e se submeter à sua estratégia de guerra na Faixa de Gaza e na Ucrânia.

O ultimato de Trump à burguesia brasileira e, sobretudo, ao governo Lula, valendo-se da guerra comercial, para que se alinham com os Estados Unidos, expressa o avanço da crise mundial e a polarização marcada pelas guerras no Oriente Médio e na Europa. No fundo, os Estados Unidos agem sobre o Brasil para conter a marcha da penetração dos negócios chineses na América Latina, como parte do enfrentamento mundial, cujas particularidades se manifestam nos distintos continentes.

A burguesia brasileira, amplamente colonizada pelos Estados Unidos, se viu forçosamente a aceitar o crescente comércio com a China, em compensação às limitações comerciais das potências. O que implicou a penetração dos capitais chineses, identificados com a estratégia da Nova Rota da Seda, resultante do processo de restauração capitalista iniciado em meados de 1970, impulsionado nas décadas de 1980 e 1990 e potenciado nas décadas seguintes.

O Brasil e os demais países semicoloniais, guardadas as diferenças, vêm sendo arrastados pela guerra comercial das potências, que têm por carro-chefe os Estados Unidos. Ao lado do México e da Argentina, ocupa um lugar sensível na América Latina, devido ao grau de industrialização alcançado. Tem ainda a importância estratégica pelo potencial de seus recursos naturais, que estão em disputa na guerra comercial. É obrigatório incluir nesse marco os ataques sistemáticos dos Estados Unidos e de seus aliados europeus ao regime nacionalista da Venezuela, que está entre os países detentores das maiores reservas de petróleo do mundo.

A ultradireita chefiada por Bolsonaro reafirma seu caráter antinacional e seu servilismo aos Estados Unidos. É escandalosa a facilidade com que o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro usa seu mandato e o dinheiro público para conspirar nos Estados Unidos os ataques contra o Brasil, em nome da “democracia e da liberdade”. O fato de a família Bolsonaro ter alcançado tamanho poder reflete a falência histórica da burguesia nacional e a decomposição do Congresso Nacional oligárquico.

A nota emitida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, é a prova cabal da submissão aos ditames do imperialismo norte-americano e, em especial, da política de Trump. Recomendar cautela e disposição ao governo de negociar sem esboçar qualquer reação dá a exata dimensão da covardia das forças burguesas antinacionais. O apoio dos governadores, como Tarcísio Freitas (SP), Ronaldo Caiado (GO) e Romeu Zema (MG), autodeclarados candidatos à presidência da República, ao ataque de Trump, somente é possível porque a burguesia brasileira, as forças políticas dominantes e as instituições estatais estão profundamente entrelaçadas e amarradas ao domínio imperialista. Não se poderia, evidentemente, esperar outra conduta política dessa fração da política burguesa.

Lula, dirigentes do PT, PSOL, PCdoB e sindicalistas em geral reagiram em palavras contra a violação da soberania do Brasil. Mas, evitaram condenar o ultimato dos Estados Unidos como sendo um ataque imperialista e responder não só aos bolsonaristas, mas a todos que contemplaram a linha de não reagir à altura, como fizeram os presidentes do Senado e da Câmara Federal, na condição de traidores dos interesses nacionais.

A manifestação em São Paulo, que inicialmente era para defender a política de Lula diante da derrubada do decreto presidencial do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e se transformou em um protesto contra o tarifaço de Trump, teve por conteúdo o patriotismo pequeno-burguês como conteúdo da soberania nacional. A bandeira de “Unidade Nacional” aventada desde as hostes do governo petista teve por orientação a procura do apoio dos setores burgueses mais afetados, como os capitalistas da agroindústria, cuja posição capituladora foi expressa no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Agricultura.

A reclamação da soberania nacional, ecoada da direita burguesa à esquerda pequeno-burguesa, logo se mostrou como uma máscara, que serviu para ocultar o rosto das forças contrárias a uma linha de confrontação aos interesses imperialistas da burguesia norte-americana e a uma posição nacional de afronta à política de guerra comercial de Trump. Passado o clamor da surpresa, a tendência é a de prevalecer a acomodação política, em boa parte exigida pela agroindústria mais bem implantada no Sudeste e Sul do país.

O nacionalismo burguês historicamente esgotado dificilmente poderá ser reacendido como força política aglutinadora das massas. E o patriotismo pequeno burguês, exalado pelo discurso de Guilherme Boulos (PSOL), na manifestação em São Paulo, é impotente. Até o momento, ressoam imperativamente as vozes da burguesia e de seus representantes, em nome da “soberania” e de uma solução negociada com Trump. As vozes da classe média seguem a do governismo.

A classe operária continua à margem. As travas montadas pelos anos de dominação da burocracia sindical colaboracionista, por enquanto, têm impedido que o proletariado soltasse e solte sua voz própria. O que não quer dizer que não tenha voz de classe revolucionária, pelo lugar que ocupa nas relações de produção e pelo instinto comunista de revolta.

As medidas de Trump dirigidas contra a economia brasileira atingirão duramente os explorados, que já não suportam a carga do desemprego, do subemprego, da informalidade, do salário mínimo de fome, enfim, da pobreza e da miséria. Está aí a importância de

a vanguarda com consciência de classe desenvolver uma linha política-programática do proletariado.

A crise mundial do capitalismo condiciona em grande medida a situação interna do país. Esse é o fator que indica a incapacidade do governo Lula de encarnar a luta dos explorados pela independência e soberania nacionais. Como serviçal, em última instância, do grande capital, acabará cedendo às pressões do imperialismo e comprometendo ainda mais a economia interna em favor da externa comandada pelas forças dos monopólios e do capital financeiro.

No embate em torno ao IOF, Lula e aliados deixaram ainda mais claro que são fieis servidores do capital parasitário que obriga o Brasil a arcar com uma gigantesca dívida pública e uma carga de juros que compromete a capacidade mínima do Tesouro Nacional. O PT e seu círculo de seguidores de esquerda estão pela proteção da dívida pública. São contra a bandeira de não pagamento e expropriação dos banqueiros. Nessa questão, está impressa sua falência em combater as forças do imperialismo.

O governo Lula pode usar do verbalismo sobre a soberania e as vantagens do multilateralismo, mas na prática está sujeito ao que ditar a burguesia nacional. A ultradireita bolsonarista e as variantes da direita são antinacionais por excelência, e as esquerdas burguesa e pequeno-burguesa são impotentes para defender a soberania da nação oprimida. A história já demonstrou que para enfrentar o imperialismo a classe operária tem de estar à frente da maioria oprimida em combate à própria burguesia nacional que as espoliam.

A bandeira de Unidade Nacional burguesa e o patriotismo pequeno-burguês são desvios e anteparos à luta de classes do proletariado e da maioria oprimida. O Brasil está diante de uma violenta ofensiva do imperialismo e a resposta tem de ser anti-imperialista, portanto, proletária. O programa de expropriação do grande capital e o controle operário da produção emergem objetivamente da ofensiva de Trump, não só contra o Brasil, mas contra todos os países de economia atrasada e semicolonial.

As multinacionais norte-americanas podem e devem ser expropriadas sem indenização e nacionalizadas em resposta ao cerco econômico ao Brasil. Para isso, está posta a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. É nesse campo que se colocará a unidade nacional da classe operária, dos demais trabalhadores urbanos e dos camponeses pobres.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a frente única anti-imperialista, realizando assembleias e organizando os comitês de base. Chama as correntes que se reivindicam do socialismo a exigir das organizações das massas que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações, manifestações e bloqueios em defesa de um programa próprio dos explorados.

Derrotar os ataques de Trump, pondo em pé uma frente única anti-imperialista!

Combater a dominação imperialista com o programa da revolução social!

14 de julho de 2025



Santa Catarina

Burguesia se inquieta diante do tarifaço de Trump

De acordo com informações do G1 e NSC (ambos do grupo Globo), a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) prevê severas perdas com a taxa de 50% imposta pelos Estados Unidos ao Brasil, pois comprometeria a competitividade dos produtos catarinenses, especialmente madeira, motores e materiais elétricos que são setores que representam parte significativa das exportações do estado. A economia catarinense vendeu, entre janeiro e julho deste ano, 847,2 milhões de dólares em produtos para os EUA, com obras de carpintaria representando 118 milhões de dólares, equivalentes a 14% das exportações de SC para os Estados Unidos. Em 2024, as vendas para os EUA somaram 1,7 bilhão de dólares. Como se vê, quando afeta seus negócios a burguesia e seu porta-voz, a rede globo, até ensaiam alguma reação. Para eles, não se trata de defesa da soberania ou coisas “fúteis” desse naipe, mas de manter o seus ganhos.

Os Estados Unidos são o maior mercado internacional para Santa Catarina, correspondendo a 14% das exportações brasileiras no primeiro semestre, seguidos por China (9,9%) e Argentina (7%).

Apesar disso, a balança comercial de SC com os EUA apresenta déficit, com 1 bilhão de dólares em importações, resultando em saldo negativo de 235 milhões de dólares no primeiro semestre.

A taxa extra de 50% deve entrar em vigor em 1º de agosto de 2025 e ameaça gerar desemprego, agravando a crise social que já atinge os explorados, submetidos ao desemprego, subemprego, informalidade e salários de fome.

A crise mundial do capitalismo e a subserviência do governo Lula ao grande capital impedem uma resposta efetiva à ofensiva imperialista. Nem a ultradireita nem as esquerdas burguesas têm força para defender a soberania nacional.

O POR reafirma a necessidade da construção de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, envolvendo sindicatos, centrais e movimentos populares, para organizar a resistência contra a dominação imperialista. Somente com a unidade dos trabalhadores urbanos e camponeses pobres será possível derrotar os ataques do imperialismo e avançar no programa da revolução social.

Rio Grande do Sul

Ato contra as tarifas anunciadas por Trump não condiz com a magnitude do ataque imperialista

No dia 14 de julho foi realizado um ato no centro de Porto Alegre contra o “tarifaço” anunciado por Donald Trump ao Brasil, convocado pelo PT, PCdoB, PV, PDT, PSTU, PSOL, Rede e PSB. O ato contou com duas centenas de pessoas, a maioria militantes dos respectivos partidos, e as falas, limitadas a representantes de cada um dos partidos organizadores, não tiveram outra função que não ressaltar um sentido patriótico e colocar o governo Lula como libertador da América. O PSTU, para se diferenciar, repetiu o mesmo discurso, com adendo de palavrários a respeito de “independência de classe”. Finalizaram queimando a bandeira estadunidense. O ato não foi capaz de atrair os transeuntes do centro histórico em um horário de intenso movimento. Não passou de teatro para reforçar o governismo e preparar a reeleição futura de Lula.

A ingerência imperialista na vida política e econômica das nações oprimidas deve ser respondida através da luta de classes. Nenhum governo burguês é capaz de combater o imperialismo, apenas a unidade entre a classe operária e demais explorados pode encarnar um programa de libertação diante das imposições das potências. A única via para travar essa luta é a constituição de uma frente única anti-imperialista, mas as direções sindicais e populares estão amarradas ao governo burguês e completamente adaptadas ao capitalismo.



BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português
Nº 40 | JULHO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | Nº 40 - Julho de 2025 | R\$ 5

90 anos do POR boliviano
construindo a direção revolucionária do proletariado

Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel

Por um levante da maioria explorada contra o genocídio na Faixa de Gaza e as investidas bélicas no Líbano, Síria e Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode deter o avanço para a catástrofe mundial!

Declarações e manifestos sobre Oriente Médio p. 11
Intervenções no Ato pelos 90 anos do POR boliviano p. 12
Informes do Brasil, Bolívia, Chile e Argentina p. 22



São Paulo

Manifestação na Av. Paulista expõe a submissão das centrais e sindicatos ao governo de frente ampla

No dia 10 de julho, estava prevista uma manifestação convocada pela CUT, Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular, cuja convocação se dava sob a bandeira “Congresso inimigo do povo”. Apesar de conter as bandeiras contra a escala 6x1 e pela taxa dos bilionários, tratava-se desde sua concepção de uma manifestação para fazer a defesa do governo Lula, que acabara de ter seu decreto de aumento da taxa do IOF barrado pelo Congresso Nacional. Porém, pouco antes da sua realização, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou uma taxa de 50% para as importações do Brasil. O que projetou a manifestação, que contou com mais de 10 mil pessoas, e desviou o foco da crise política em torno do IOF, transformando o conteúdo de defesa do governo, que passou a ter o verniz de defesa da nação oprimida contra o imperialismo.

As direções sindicais e populares que se recusavam a convocar as manifestações, como foi o caso dos atos contra o genocídio do povo palestino, trouxeram operários e trabalhadores em geral, a exemplo do Sindicato Metalúrgico do ABC, da central sindical UGT e do MTST. Impediram que o POR tivesse fala no ato e justificaram que só falariam os partidos legalizados e com representação no Congresso Nacional. Com o rígido controle, somente PT, PCdoB, PCB e PSOL usaram a tribuna por meio de seus sindicatos, movimentos e parlamentares. A burocracia ocupou disciplinadamente o centro da manifestação com os trabalhadores que trouxeram e entoou as palavras de ordem contrárias à taxa de Trump, contra a anistia de Bolsonaro, em defesa da soberania nacional e reivindicando a legitimidade das instituições brasileiras. Não faltaram gritos de “o Brasil é dos brasileiros”, “Lula em 2026” e de críticas ao governador Tarcísio. A burocracia pró-governo de frente ampla aproveitou para vestir a máscara do patriotismo burguês e pequeno-burguês.

A resposta do PT e aliados vem no sentido da “união nacional”. Dessa forma, a soberania para os defensores da “união nacional” significa uma aliança com partidos de direita, centro e reformista para “negociar” uma saída com o governo Trump. Trata-se de uma tentativa de unir as frações burguesas em torno ao governo Lula e arrastar os sindicatos por detrás do patriotismo burguês. O que se passa é que o governo Lula não pode recorrer à tática da luta anti-imperialista, porque sua governabilidade depende da frente ampla constituída desde a sua posse. Assim, a linha política de Lula é de capitulação, ou seja, da “negociação” subordinada às frações burguesas mais vinculadas aos Estados Unidos. No entanto, não pode se sujeitar à exigência de anistiar Bolsonaro, tendo em vista as provas contundentes na efetivação do fracassado golpe de Estado.

O POR interveio no ato com suas bandeiras, jornal Massas e Manifesto e usou seu aparato de som para gritar palavras de ordem, rechaçar o eleitoralismo e defender a frente única anti-imperialista. Denuncia a taxa de Trump combatendo o entreguismo da ultradireita e a linha de conciliação burguesa sob a estratégia reformista de “união nacional”. Essa linha é de união entre capital e trabalho, de forma que submete as organizações operárias, camponesas e populares ao governo e aliados. Somente a classe operária organizada e em luta pode combater pela independência e soberania nacionais. A luta anti-imperialista é parte do programa da classe operária. Nesse momento, essa bandeira ganha concretude

e permite diferenciar a linha revolucionária da linha das correntes de esquerda e do reformismo/estalinismo. A classe operária é a única classe capaz de responder com o programa da revolução social à ofensiva imperialista sobre os países semicoloniais, mas para isso, é preciso superar as direções conciliadoras e traidoras.

Declaração do POR no ato

Tendo sido impedido de falar no carro de som, o POR gravou na manifestação sua declaração, que foi divulgada através das redes sociais e cuja transcrição é a seguinte:

Companheiros e companheiras, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Comparecemos a essa manifestação na Avenida Paulista, que foi convocada pelas centrais, pelas frentes nacionais, pelo movimento sindical como um todo. Ela foi chamada inicialmente com a bandeira da luta contra o Congresso Nacional, contra as medidas do Centrão. Mas a luta acabou ganhando outro contorno em função das medidas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de imposição de taxas à economia brasileira.

Sabemos que esse tipo de atividade é importante justamente porque se não for com os trabalhadores na rua, se não for com a mobilização popular, com os movimentos chamando as assembleias, organizando os comitês, se erguendo a partir das suas reivindicações, desde a base, não conseguiremos dar resposta nem ao Centrão, nem ao Congresso, nem ao Trump, nem a ninguém. Isso porque, precisamos da nossa própria força, da nossa força social, da nossa capacidade de mobilização, porque é dessa maneira que conseguiremos reunir a força social capaz de derrotar os nossos inimigos. Daí a importância dessa manifestação.

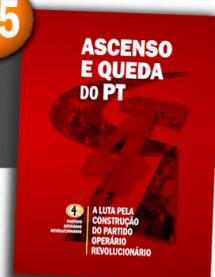
O POR comparece aqui não para defender o governo, mas para defender uma saída de independência de classe, que implica defender as reivindicações dos trabalhadores, organizar a juventude explorada, os trabalhadores, o funcionalismo e, fundamentalmente, a classe operária, para poder ter uma saída no nosso campo próprio de luta. Daí a importância da bandeira pela qual o POR tem feito uma verdadeira campanha, que é a bandeira de um Dia Nacional de Luta. Comparecemos à Manifestação colocando para as direções do movimento sindical que convoquem o Dia Nacional de Luta. Inclusive, é importante que esse ato sirva de ponto de partida, que sirva para impulsionar o movimento nacional unificado dos trabalhadores. Daí a sua importância, com paralisações, com manifestações massivas, para darmos uma resposta à altura para a burguesia, para darmos uma resposta no campo da independência de classe.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Essa Carta foi dirigida à Manifestação de 10 de julho. O ataque de Trump acabou por mudar a sua orientação, mas a Carta manteve a sua validade. O POR esteve presente e a distribuiu.

Carta às bases do PT, PSOL e demais aliados de esquerda que apoiam o governo de frente ampla de Lula

Um chamado às centrais, aos sindicatos e aos movimentos populares e camponeses

Organizar um movimento independente da classe capitalista e de seus governos

Esta manifestação “Centrão, o povo não vai pagar a conta”, convocada pela CUT, Frente Brasil Popular, Povo sem Medo etc., tem por bandeiras: “redução da jornada de trabalho, isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5.000,00, pelo fim da escala 6X1 e taxação dos super ricos já”. Foi convocada após o Congresso Nacional derrubar o decreto de Lula sobre o aumento da alíquota do IOF. O MTST e Povo sem Medo, ligados ao PSOL, anteciparam com um ato de protesto no Banco Itaú, na Av. Faria Lima/SP.

A crise política se agravou, uma vez que os partidos de direita que compõem o governo de frente ampla foram fundamentais para aprovar o decreto do Congresso Nacional, mandando às favas o decreto do presidente da República. No centro do conflito em torno às medidas fiscais, se encontram a gigantesca dívida pública e a monumental carga de juros e amortizações. Nesse ponto, tanto Lula quanto os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e da cúpula do Judiciário estão de acordo que, qualquer que seja o caminho tomado, tem de ser de “estabilização da dívida”, que implica a garantia de pagamento dos juros aos seus ricos e magnatas credores.

Caso a elevação do IOF tivesse sido aprovada, apenas aliviará momentaneamente as pressões sobre o governo federal para que cumpra os compromissos do “acordo de transição” da passagem do governo Bolsonaro ao de Lula, do arcabouço fiscal e, assim, das metas de redução e eliminação do déficit fiscal. Em pouco tempo, se tornou claro que, para realizar tal façanha, o novo governo de frente ampla teria três caminhos: 1) assumir um plano de profundos cortes nos gastos sociais, dar continuidade ao ataque à Previdência iniciado no governo Bolsonaro e reduzir ainda mais sua capacidade orçamentária necessária para enfrentar as tendências à estagnação e à recessão, à volta das demissões em

massa e da elevação da taxa de desemprego; 2) elevar a carga dos impostos, que recairia sobre os setores menos taxados e diminuir a fantástica carga de subsídios aos capitalistas; 3) cortar gastos destinados aos serviços e assistência social em escala “justificável” e elevar as taxas de imposto de alguns dos setores mais privilegiados.

Dentre as três variantes, a que mais convinha e convém ao governo petista é a terceira. De um lado, Lula mostraria às centrais, sindicatos e movimentos que fez de tudo para não ir fundo na parte orçamentária dos cortes sociais; e, ao mesmo tempo, mostraria aos capitalistas que elevaria o imposto apenas dos setores subtaxados, como é o caso do capital financeiro. Mas, os cálculos da casta capitalista oligárquica que comanda, em última instância, o Estado é o de que a escalada da dívida pública caminha para uma rápida insustentabilidade. Chegou a hora de aplicar um choque fiscal e econômico do tamanho do Plano Real, montado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e próximo ao plano de Milei, na Argentina. Era para Bolsonaro, com seu ministro neoliberal, Paulo Guedes, ter promovido tal choque, mas a pandemia atingiu frontalmente a política econômica do governo ultradireitista.

A eleição de Lula colocou o governo petista, que recorreu à frente ampla com setores da burguesia nacional, nesse terreno. Eis por que, para tomar posse nas condições de turbulência política, marcada pela tentativa de golpe fracassada, Lula teve de recorrer à peripécia de um acordo de transição, que teve como centro a garantia da sustentabilidade da dívida pública e a manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, ou seja, a “reforma trabalhista” e “previdenciária”, acompanhadas de leis antioperárias como a da terceirização etc.

A crise do IOF pôs à luz do dia a hora da verdade do ponto de vista capitalista. A bandeira de que os ricos devem pagar mais impostos e de que os pobres paguem menos está em desacordo com o funcionamento do capitalismo. Os poucos países que se deram ao luxo de uma carga tributária regressiva descarregam sua crise sobre as nações mais débeis e saqueadas. Os números recorrentemente apresentados pela imprensa de que a dívida pública tem de ser contida ditam o sentido da crise econômica que, em seus altos e baixos, avança, sem que nenhum governo constituído após o fim da ditadura militar tenha mudado o seu percurso geral.

Lula denunciou, na condição de candidato, que o Banco Central era controlado por interesses financeiros e que seu governo mudaria a política monetária das altas taxas de juro. Seu apadrinhado, Gabriel Galípolo, manteve os mesmos critérios ditados pelo ex-presidente do BC, Roberto Campos



Neto, de elevação da taxa Selic, que acaba de atingir 15% ao ano. Setores da burguesia reclamam da alta carga de juro real, mas todos estão pelas medidas de proteção à dívida pública, ou seja, ao capital financeiro, que acaba de pôr abaixo o decreto do IOF de Lula.

A questão fundamental da manifestação “Centrão, o povo não vai pagar a conta” está em que seus organizadores se negam a colocar no centro dos conflitos políticos a dívida pública e ocultam uma lei econômico-social do capitalismo de que sempre as disfunções e a crise econômica são descarregadas sobre a classe operária, a classe média urbana e os camponeses pobres. É tentadora a ideia de que os ricos paguem mais impostos e os pobres menos. Mas, se assenta em bases ilusórias, que estão sendo utilizadas pelas direções do PT, PCdoB, PSOL etc. e pela burocracia sindical para defender o governo Lula das contradições político-econômicas em que está envolvido.

A isenção de pagamento de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00, se admitida, será uma migalha que os capitalistas despenderão, sabendo que as faixas assalariadas logo acima acabarão por pagar a diferença. A maior carga de imposto sobre os pobres e miseráveis são os chamados impostos indiretos, que o consumidor paga ao comprar arroz, feijão etc. e consumir gás, eletricidade etc.

A bandeira classista é a da abolição de qualquer imposto sobre os assalariados. Quanto à redução da jornada de trabalho, trata-se de uma bandeira genuinamente operária, mas que foi lançada demagogicamente pelo PSOL sob a bandeira do fim da escala 6X1. Comparece isolada e desvinculada do objetivo geral da luta contra o desemprego, que exige emprego a todos, por meio da redução geral da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, no sentido da escala móvel das horas de trabalho. É do conhecimento geral que milhões de trabalhadores e aposentados sobrevivem com um ou menos de um salário mínimo. O que os coloca na miséria. A defesa de um salário mínimo vital, capaz de manter a família trabalhadora, e de emprego a todos está na base do programa próprios da classe operária e dos demais explorados.

É obrigatória uma resposta clara sobre a dívida pública. O movimento operário, popular e camponês deve levantar a bandeira de “Não pagamento da dívida pública” e estatização dos bancos, sob o controle operário. Esse é um ponto de partida para a luta independente da classe operária no sentido de estabelecer um terreno próprio de combate por um programa e uma estratégia própria de poder.

As bases aqui presentes na manifestação certamente estão pela derrocada da política econômica definida pelo capital financeiro e outros setores oligárquicos da classe burguesa. Mas, não poderão aplinar o caminho dessa luta apoiando o governo burguês de Lula, forjado sobre a frente ampla e que se sujeita à manutenção da dívida pública, ao aprimoramento das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e aos ataques às antigas conquistas dos explorados.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama as bases do PT, PSOL e demais correntes a lutarem no campo da independência política e organizativa diante do governo Lula e de todos os governos burgueses. Devem exigir que o PT rompa com o governo de frente ampla e se coloque contra toda medida que atinja a vida dos explorados e o



desenvolvimento das forças produtivas.

O POR não oculta que defende a constituição de uma oposição revolucionária ao governo Lula como a via para combater a oposição da direita e ultradireita burguesas. Mas não se furta a estar presente nesta manifestação que permite à vanguarda com consciência de classe expor e defender sua posição classista e revolucionária.

O POR chama as centrais, os sindicatos e movimentos populares e camponeses a convocarem um Dia Nacional de Luta para erguer um programa próprio da classe operária em defesa de suas condições de existência e que responda às guerras em curso – guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Que se coloque no sentido de constituição de uma frente única anti-imperialista.

Que esta manifestação erga as bandeiras classistas:

Não pagamento da dívida pública!

Estatização dos bancos, sob o controle dos trabalhadores!

Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização!

Fim de qualquer imposto pago pelos assalariados e demais oprimidos!

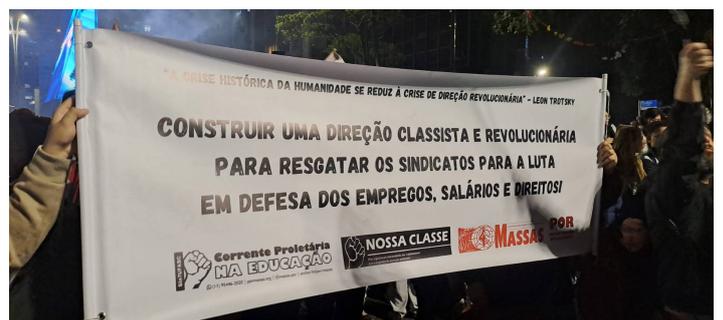
Por um salário mínimo vital!

Por emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários!

Pela independência política e organizativa dos sindicatos e movimento diante dos governos burgueses!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa de um programa próprio de reivindicações!

10 de julho de 2025





NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Julho/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Política Operária

Nenhuma intervenção ou taxação dos Estados Unidos/ Trump ao Brasil!

*Constituir a Frente Única Anti-imperialista para enfrentar os ataques da
burguesia norte-americana e impor a soberania nacional.*

*Unir a classe operária, os demais trabalhadores e os camponeses em defesa de
um programa próprio.*

*Rejeitar, denunciar e combater todos aqueles que querem negociatas e
submissão do País aos ditames de Trump.*

*Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um
Dia Nacional de Luta para contra-atacar a ofensiva do imperialismo norte-
americano e impor a política independente da classe operária!*

A Carta de Trump decretando uma tarifa de 50% é um atentado à economia do Brasil. A exigência de que se acabe com o processo contra Bolsonaro e que o STF volte atrás com suas medidas de regulação das redes sociais é um ato de intervenção imperialista. A classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida têm de se mobilizar com sua política e com seu programa próprios. Os problemas, conflitos e choques que ocorrem no Brasil dizem respeito somente ao Brasil.

Eis por que a intervenção dos Estados Unidos deve ser rechaçada com a mobilização dos explorados, os únicos que podem enfrentar os ataques do imperialismo ao Brasil e a qualquer nação semicolonial. Lula, o PT, PSOL e demais aliados que sustentam o governo burguês de frente ampla reagiram defendendo a soberania nacional. Mas não se propuseram a organizar um poderoso movimento para passar por cima dos partidos entreguistas, que comandam o Congresso Nacional, que governam a maior parte dos Estados e municípios e que representam a fração capitalista mais antinacional.

A bandeira de “União Nacional” lançada por Lula e seguida pelos aliados é uma fraude. Cada burguês, cada grupo econômico e cada Associação Empresarial vai se curvar em nome do equilíbrio e da negociação. Os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, bem como a Frente Parlamentar da Agricultura, já capitularam. Lula procura o apoio dos maiores vendilhões do País. Está absolutamente claro que a burguesia brasileira e seus representantes não querem e não podem erguer a população contra os ataques norte-americanos.

A luta anti-imperialista, pela independência e pela soberania do Brasil está nas mãos da classe operária e da maioria oprimida, que arcam com o peso da crise econômica e com a decomposição do capitalismo. São os trabalhadores que sofrem na carne a exploração capitalista da força de trabalho e que enfrentam o dia-a-dia da pobreza, miséria e fome.

O Boletim Nossa Classe rejeita a bandeira de Lula, PT e aliados de Unidade Nacional sob a política burguesa. A bandeira de fato anti-imperialista de combate aos ataques dos Estados Unidos é a

da unidade da maioria oprimida em uma frente única anti-imperialista, sob o programa, a política e a direção da classe operária. Que os sindicatos convoquem assembleias e formem os comitês de frente única anti-imperialista! Que as centrais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta para: 1) derrotar os ataques de Trump; 2) levantar o programa de reivindicações dos explorados; 3) combater as guerras de dominação em curso; 4) elevar a consciência e organização da classe operária e dos demais explorados em torno ao programa da revolução social.

O ataque de Trump ocorre nas condições de crise política e disputa eleitoral

A situação política nacional está marcada pela disputa entre as frações burguesas ditas “democráticas” que apoiam o governo burguês de Lula, e os partidos de oposição burguesa ultradireitistas. O governo Lula e a oposição burguesa, liderada por Bolsonaro, já estão em plena campanha eleitoral para 2026. A classe operária e demais trabalhadores, portanto, não podem se deixar enganar pelos discursos e mentiras de ambos os bandos capitalistas.

Bolsonaro, seus filhos e parte dos partidos do centrão que o apoiam, mostrando ser capachos do imperialismo pediram ajuda e a intervenção do ultradireitista e reacionário presidente dos EUA, Donald Trump, que anunciou taxar, a partir de 1º de agosto, todos os produtos brasileiros em 50%, se não for aprovada a lei da anistia, que permitiria Bolsonaro disputar as eleições. O governo burguês de Lula e seus apoiadores, que dizem defender os pobres, na prática, defendem que a burguesia (patrões) continue explorando a força de trabalho da maioria assalariada e pagando um salário miserável. Lula que em palavras diz defender os pobres, na prática mantém as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização, aprovadas por Temer e Bolsonaro, que retira direitos dos trabalhadores. O governo Lula também aprovou o arcabouço fiscal (teto de gastos) e atacou os trabalhadores ao limitar o reajuste do salário mínimo, o BPC e o PIS/Pasep.

O governo Lula e a oposição burguesa liderada por Bolsonaro e todo o congresso nacional são a favor de continuar pagando a dívida pública aos banqueiros, que já ultrapassou R\$ 1 trilhão, apenas de juros por ano aos banqueiros, que possuem títulos da dívida.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e movimentos rompam com o governo burguês de Lula, organizem os trabalhadores no campo da independência política e defendam o programa próprio dos explorados. A crise agrava-se ainda mais com os ataques de Trump. Os burocratas sindicais governistas vão aproveitar esse ataque para reforçar o apoio a Lula em nome da Unidade Nacional. O Boletim Nossa Classe reforça ainda mais a necessidade da independência dos sindicatos, que devem levantar a bandeira diante dos explorados: Nenhuma ilusão no parlamento burguês!

Nenhuma ilusão no governo burguês de Lula!

Permanece e aumenta a necessidade de defesa do programa próprio da classe operária.

São Paulo - ABC

Operários da Bridgestone ouvem com atenção a agitação da militância do Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe teve uma boa aceitação por parte dos trabalhadores da Bridgestone, em Santo André. A política operária, com o título “Nenhuma intervenção ou taxação dos Estados Unidos/Trump ao Brasil!” chamou a atenção, pelo fato de separar a política dos capitalistas e do governo Lula diante da taxação de Trump da dos operários. O governo e os capitalistas falam em “união nacional”, uma política oposta à dos operários, que é a de independência de classe. O Boletim trazia também outras notas e denúncias, como: “Unificar a luta dos trabalhadores efetivos e terceirizados. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados!”, “Lições da greve dos trabalhadores da Manserv e demais terceirizados”, “Contra o fechamento da Michelin em Guarulhos”.

Durante a distribuição, a militância do POR conversou com operários sobre a importância da organização política e sindical para barrar os ataques e conquistar direitos. Resaltou a greve dos trabalhadores terceirizados da Braskem, como



a única forma de enfrentar o patronato. Trata de uma experiência fundamental para os demais terceirizados, porque evidencia o papel conciliador da direção do sindicato e do Tribunal Regional do Trabalho. Por outro lado, a greve demonstrou a forte disposição de luta entre os terceirizados e a necessidade de construir uma direção classista, capaz de impulsionar os instintos de revolta dos explorados contra a exploração dos capitalistas.

Junto à distribuição do Boletim, houve a propaganda do Jornal Massas, que continha os artigos sobre os 36 anos do POR. Na agitação, também foi destacado a autosustentação financeira do jornal, portanto um jornal que não conta com o financiamento eleitoral, governamental ou empresarial. Alguns operários disseram que seguiam o partido em suas redes sociais e fizeram contribuições financeiras voluntárias para fortalecer o trabalho, demonstrando a compreensão sobre o autofinanciamento da imprensa revolucionária.

São Paulo - ABC

Em meio à crise no setor da borracha, SINTRABOR celebra migalhas como conquistas em acordo coletivo

A classe operária não deve acreditar em promessas vazias

A Direção do Sindicato dos Borracheiros (SINTRABOR) divulgou o novo Acordo Coletivo para os trabalhadores do setor de artefatos de borracha, aprovado no final de junho deste ano. Falam em “aumento real” de 1% e “vitória da mobilização”.

O reajuste de 6,20% mal cobre as perdas decorrentes da elevação do custo de vida. Esse “1% a mais” não é nada perto do que os patrões lucram todos os dias em cima do suor dos trabalhadores.

Enquanto a classe operária se aperta para pagar aluguel, comida e transporte, os patrões enchem os bolsos com o lucro produzido pelo trabalho dos operários.

O acordo mantém as mesmas cláusulas, sem nenhuma nova conquista. Nada de estabilidade no emprego. Nada de redução da jornada. Nada contra a precarização das condições de trabalho, a pressão pela produtividade e o consequente adoecimento.

A burocracia do sindicato diz que houve unanimidade na aprovação. Isso ocorre porque o acordo não é discutido coletivamente pelos operários e aprovado em assembleias verdadeiramente democráticas. Ao mesmo tempo repete a frase comum de todo burocrata: esse foi um “acordo possível”. Na realidade, o acordo favorece o patronato, que continuará sugando o trabalho dos operários.

As reivindicações vitais, salário necessário para manter a família trabalhadora (salário mínimo vital), redução da jornada sem redução do salário, estabilidade no emprego e reposição integral das perdas (aumento real) dependerão da organização e da luta dos operários. Daí a importância da constituição das comissões de fábrica e de uma oposição classista para o sindicato.

Carta do Sintrabor aos capitalistas

O jornal Diário do Grande ABC, de 15 de julho, publicou uma nota dizendo que Márcio Ferreira (direção do Sintrabor) entregou uma carta aos representantes do segmento industrial e ao secretário de desenvolvimento da indústria e comércio e serviços gerais, alertando das possibilidades de fechamento das fábricas após as taxações de Trump.

Márcio Ferreira, que dirige o Sintrabor juntamente com a Força Sindical, segundo o jornal, disse: “a partir das medidas da Casa Branca (Trump/EUA), a primeira empresa a fechar será a Bridgestone, seguida da Prometeon, se pegar a Bridgestone, aqui em Santo André, que temos 3.500 trabalhadores. A empresa fechou a parte (de fabricação) dos pneus de agricultura. Parou as máquinas, pegou o pessoal e está fazendo pneu de caminhão. Esses pneus de caminhão estão indo tudo para os Estados Unidos. Porque lá

fecharam uma fábrica e a produção veio para cá. Se colocar 50% (de tarifa), a empresa não vai fabricar mais nada”. O alerta do burocrata vem no sentido de constituir uma “união nacional” entre capitalistas e governo para “negociar” com Trump.

Ao contrário dessa política burguesa, as direções sindicais deveriam estar convocando as assembleias e organizando os operários para enfrentar o desemprego e fechamento de fábricas. E não conclamando a unidade entre capital e trabalho. O setor da borracha, há muito vem enfrentando demissões e fechamento de parte da produção ou de fábrica, como é o caso da Michelin em Guarulhos. Há muito que a Braskem, Bridgestone, entre outras vêm substituindo os trabalhadores diretos por terceirizados, como forma de continuar com suas altas taxas de lucratividade. E o que tem feito o Sintrabor, CUT, Força Sindical? Nada! Apenas alimentam ilusões nas negociações com a patronal, a Justiça do Trabalho e com os parlamentares. As experiências já demonstraram que por essa via a classe operária vem acumulando derrotas.

As fábricas, na sua maioria, são multinacionais. A Bridgestone, Prometeon, Michelin, Goodyear determinam como produzir e o que produzir desde seus países de origem. As borracharias nacionais de pequeno e médio porte são incapazes de se contrapor a esses grandes capitais, o que tem levado ao fechamento. É o que se passa em Santos André, principalmente.

A vanguarda, que vem despontando nas fábricas, tem de exigir que o sindicato convoque as assembleias, para aprovar o caminho da resistência contra o desemprego. É fundamental a unidade entre os trabalhadores diretos e os terceirizados. Sem as assembleias unitárias e sem uma ação coletiva não será possível enfrentar as consequências que virão da elevação das tarifas de exportação imposta por Trump. A independência da classe operária é vital. A classe operária tem sua resposta, que é a defesa de seu programa de reivindicação e os seus métodos próprios de luta.

Rio Grande do Sul

SIMPA dissolve frente contra a privatização do DMAE na 3ª reunião

O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, tendo convocado “todos os partidos, movimentos e cidadãos contrários a privatização do DMAE” para constituir “uma frente e construir a luta contra a privatização”, dissolveu a frente no 3º encontro, que iniciou já com pauta e encaminhamentos pré-definidos pelo sindicato, desconsiderando todas as discussões abertas na reunião anterior. Impôs uma coordenação para a frente, formada pelos partidos que compõem a frente ampla do governo federal, definindo que a partir de agora as reuniões se darão apenas entre os membros da coordenação e que não serão abordadas outras reivindicações além daquela que se contrapõe à privatização do DMAE. Além disso, definiu arbitrariamente que os métodos de luta serão invariavelmente os do plebiscito organizado pelo sindicato e a campanha contra o prefeito de Porto Alegre, visando às próximas eleições.

A 3ª reunião contou com a presença de vereadores/deputados do PT com a finalidade de monitorar a atividade da frente e garantir que não desviaria do caráter eleitoral, nem atingiria o governo federal.

O POR anteriormente já foi abordado pelo SIMPA durante uma panfletagem onde denunciava o caráter conciliador e passivo da direção do sindicato. Foi chamado por um dirigente de “irresponsável” por denunciar a traição. Mas a denúncia a essa direção traidora, que entrega para os governos e para os capitalistas as es-

tatais e desmonta qualquer iniciativa de luta das categorias, continuará sendo feita junto aos funcionários públicos.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPAHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO
2023




Rio Grande do Sul

Ato contra PL da devastação foi despolitizado e teve caráter festivo

No dia 13 de julho, aconteceu um ato convocado pelo SIMPA e organizações ambientalistas para protestar contra o PL 2159/2021. Não se tratou de uma manifestação, mas de uma roda de atividades culturais, contando com cerca de 150 pessoas, com apresentações de maracatu e rap e com falas que estiveram direcionadas a apreciação de quantos ambientalistas negros eram conhecidos no Brasil, de como Eduardo Bolsonaro é antipatriótico e de como era necessário eleger um novo prefeito para Porto Alegre no próximo ano. O “ato” teve duração de duas horas, com a presença de partidos de esquerda ao final (o horário do fim do ato coincidia com o horário de início da parada LGBT marcada para o mesmo local), que fizeram suas saudações.

A gravidade da aprovação do PL 2159/2021 não pode ser respondida com carnaval, seria necessário que as centrais, sindicatos e movimentos mobilizassem os explorados para bater de frente com esse ataque que pretende legalizar a destruição completa da

natureza. É inadmissível que o estado do RS não esteja na linha de frente desse combate, uma vez que tem sido palco das mais devastadoras consequências da crise climática dos últimos anos. Milhares de mortos, desabrigados, desempregados e o aumento exponencial do custo de vida no estado tem ameaçado transformar a região em um lugar inabitável.

A classe operária, os pequenos agricultores, as comunidades indígenas e a população miserável das cidades sofrem e minguam dia após dia, sem encontrar uma saída. A vanguarda precisa se colocar pela organização dos explorados em defesa do seu próprio programa. Essa luta deve passar, inevitavelmente, pela superação dessas direções traidoras que tomam conta das organizações populares e pela construção do partido revolucionário, encarnação do programa da revolução social, único capaz de libertar os explorados da decomposição do capitalismo.

Tragédia com ônibus da UFPA escancara péssimas condições de trabalho e das estradas

Na madrugada do dia 16 de julho, um grave acidente envolvendo ônibus da Universidade Federal do Pará (UFPA), na BR-153 em Porangatu (GO), tirou a vida de cinco pessoas - três estudantes, o motorista terceirizado da universidade e o motorista de uma carreta. O coletivo transportava estudantes e trabalhadores da UFPA para o 60º Congresso da UNE em Goiânia.

Essa tragédia não foi um mero “acidente”. Foi o resultado direto das duras condições de trabalho dos motoristas e das estradas. A realidade de milhares de caminhoneiros é de jornadas extenuantes e condições precárias de sono e alimentação, pressionados por metas e prazos que ignoram a vida humana. São trabalhadores empurrados até o limite, sacrificados por um modelo de transporte rodoviário cada vez mais privatizado, inseguro e sem fiscalização real. De outro lado, estudantes e trabalhadores da educação, que seguiam para um Congresso, acabaram sendo vítimas da negligência do Estado e da precarização das condições de trabalho.

Essa dor não é individual: é social, política e de classe. São sempre os mesmos corpos — dos explorados, da juventude oprimida e dos setores mais precarizados — que pagam com a própria vida pelo lucro dos grandes empresários do transporte, pela omissão criminosa do Estado e pela falta de infraestrutura mínima nas estradas brasileiras.



A Corrente Proletária estudantil e o Boletim Juventude em Luta se solidarizam com os familiares, amigos e companheiros de luta das vítimas. Mas também faz um chamado à organização da juventude/estudantes para que essa tragédia não seja naturalizada. Que sirva para fortalecer a luta contra o sucateamento da educação, por melhores condições de trabalho para os motoristas e caminhoneiros, pela estatização dos transportes, sob o controle dos trabalhadores. Que sirva para que os estudantes, em particular o Congresso da UNE, reerga a bandeira de fim da privatização, da terceirização e dos cortes de recursos à educação pública.

São Paulo

Reunião do Sinpeem não serviu para organizar a retomada da luta

No dia 03 de julho, às vésperas do recesso escolar, ocorreu a reunião de representantes de escolas do Sinpeem. A pauta estava desconectada da realidade dos trabalhadores. A burocracia sindical propôs a discussão sobre a data base de 2025, que foi encerrada em abril/maio sem o atendimento das reivindicações, e sobre a previdência social, ou seja, a paralisia proposital do Judiciário federal sobre os 14% de cobrança nos salários dos aposentados. Os informes gerais também fizeram parte da pauta.

As correntes de oposição se colocaram contra essa pauta imobilista e exigiram discutir os reais problemas vividos pelos trabalhadores em educação: 1) a perseguição aos diretores, que foram afastados de seus cargos e substituídos por interventores. Segundo informações da própria diretoria há uma lista de mais 41 escolas que sofrerão intervenção; 2) a reposição dos dias parados, que foi imposta de forma autoritária pelo governo, exigindo que os grevistas repusessem em um prazo inviável, obrigando muitos a fa-

zerem a reposição em horários alternados, além dos sábados; 3) a manutenção da lei 18.221, que retira salário dos trabalhadores em afastamento médico acima de 30 dias e dos readaptados; 4) o novo ataque do prefeito em torno à concessão de 3 escolas à iniciativa privada. Ou seja, o capitalista vencedor da licitação terá o direito de administrar as escolas, contratar professores e cuidar da manutenção. Tudo com o dinheiro público.

Essa intervenção das correntes de oposição obrigou a burocracia a discutir os principais problemas e encaminhar formalmente algumas propostas para o retorno do recesso.

Denúncia da Corrente Proletária

A falência da educação é consequência da decomposição do capitalismo

A farsa dos programas de Escola de tempo integral

Recentemente, a Folha de SP divulgou o relatório elaborado pelo Itaú Social em parceria com a OCDE, intitulado "Perspectivas internacionais para o fortalecimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental: diálogos com foco em políticas para o Brasil". O relatório se baseou nos dados da avaliação do PISA de 2022, para mostrar que "a melhoria da educação brasileira se dará se houver 80% dos professores vinculados em uma única escola". Ou seja, propõe a Escola de Tempo Integral.

O relatório, apesar de demagogia em sua conclusão, traz dados importantes que evidenciam a profunda exploração sobre os trabalhadores da educação brasileiros, comparada com a exploração exercida sobre os educadores dos países que compõem a OCDE. Vejamos:

1) professores brasileiros trabalham 800 horas letivas ao ano, enquanto que os da OCDE trabalham 706 horas. Portanto, trabalham quase 100 horas a mais;

2) o piso médio dos professores dos países da OCDE é superior em mais de 50% em relação ao dos professores brasileiros. Portanto, ganham bem menos que os demais países;

3) no Brasil, há uma média de 32 alunos por sala nos anos finais do ensino fundamental, enquanto que nos países da OCDE tem-se uma média de 13 alunos por sala. Portanto, tem 2,5 vezes quantidade de alunos em relação aos demais países;

4) 5% do total de professores da OCDE acumulam com outras redes, enquanto que no Brasil 22% do total de professores acumulam.

A partir desses dados, os analistas serviçais do capital financeiro (Itaú) chegam à conclusão de que o problema está na grande quantidade de professores brasileiros que acumulam com outras redes, o que tem prejudicado a "qualidade de ensino". Como solução, apoiam os programas governamentais de Escola de Tempo Integral, com o argumento de que o professor permanecendo mais tempo em uma única unidade escolar melhoraria a qualidade da aprendizagem.

O relatório desconsidera a real situação do professorado. Entre elas: 1) os baixos salários, que o empurram a completá-lo em outras redes; 2) o governo não paga o piso necessário para manter a família. O Piso Salarial Nacional é de R\$ 4.867,77, sendo que os governadores e prefeitos pagam ainda na forma de complemento de piso, quando o salário mínimo do Dieese está em R\$ 7.416,07; 3) as salas com mais de 40 alunos em função da política dos governantes de fechamento de salas e turnos; 4) a extensa jornada de trabalho, os contratos temporários e a eliminação de conquistas do professorado; 5) a política geral dos governos de corte de recursos à educação pública e o avanço das privatizações.

A Corrente Proletária interveio na reunião com o Boletim e fala na plenária, exigindo que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, para unificar nacionalmente as manifestações em curso e impulsionar o combate em defesa dos empregos, salários e direitos e pelo fim das contrarreformas e privatizações. Que esse dia sirva para impulsionar a mobilização anti-imperialista contra as guerras de dominação. Por último, defendeu a necessidade de uma assembleia no segundo semestre como forma de organizar a retomada da luta direta contra as medidas antieducação do governo direitista de Nunes.

O relatório, dessa forma, apresenta a receita da Escola de Tempo Integral para a melhoria da "qualidade de ensino", como se fosse possível resolver a baixa qualidade da educação brasileira.

A Corrente Proletária da Educação insiste que na base da baixa aprendizagem se encontra a decomposição do capitalismo. O salário mínimo de fome, o desemprego, o crescimento da informalidade, a falta de moradia, a pobreza e a miséria agem decisivamente na aprendizagem ou na chamada "qualidade da educação". A tendência com o avanço da crise capitalista é a de uma educação mais pauperizada para a maioria das crianças e jovens brasileiros. Os governantes não fazem senão cortar recursos destinados à educação para poder continuar pagando a gigantesca dívida pública. A responsabilidade pela falência da educação, portanto, não é do professor que acumula para completar o salário, mas da burguesia e de seu Estado, que descarrega o peso da crise capitalista sobre os trabalhadores em geral e sobre os serviços públicos, entre eles a educação.

A Corrente Proletária parte da constatação de que a educação, em última instância, é reflexo da economia. A economia capitalista em crise força os governantes a atacar a raquítica educação brasileira. Por isso, uma educação de qualidade será fruto de um novo modo de produção, o socialista. Fundamento esse que deve estar na base da luta contra a precarização das condições de ensino e trabalho, os cortes de recursos da educação e a privatização. A defesa do emprego, salário, direitos e saúde e educação públicas para o conjunto dos trabalhadores unifica os explorados e abre caminho para pôr abaixo o capitalismo putrefato.

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR **MASSAS**

São Paulo - ABC

Enfrentar a violência burguesa com a organização independente dos trabalhadores e estudantes

Diante da notícia de disparo de arma de fogo no campus São Bernardo do Campo da UFABC, na noite de 14 de julho, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) convocou o ato “Por mais segurança” para o dia seguinte. Esse ato permitiu que estudantes e trabalhadores da educação denunciassem e discutissem o problema.

Observa-se que há menos de quatro meses, houve um assalto com disparo de arma de fogo no campus Santo André. A situação repercutiu na comunidade universitária e na mídia e a Polícia Militar (PM) passou a estar cada vez mais presente no campus. Hoje, cogita-se facilitar a alocação de parte do aparato policial (viaturas) dentro da universidade.

Apesar de ir ao encontro ao anseio de uma parcela da comunidade que busca “soluções” imediatistas, de segurança, como o aumento do policiamento nas imediações da universidade e medidas de restrição de acesso - muros, catracas -, a criação desses mecanismos não solucionará essa violência. Trata-se de um paliativo que oculta a raiz da violência e traz o aparato repressivo da burguesia para a universidade.

A insegurança é crônica no capitalismo e vem crescendo como reflexo do agravamento da crise econômica. A tendência é de aumento da polarização entre pobreza e riqueza, bem como da criminalidade, que é produto das relações de classe. Nesse quadro em que a democracia burguesa se decompõe, também crescem as tendências políticas reacionárias e revolucionárias e os choques entre as forças políticas.

A tramitação da PEC da Segurança Pública, dentre outras medidas, indica o avanço da militarização e do Estado policial, como expressão da resposta burguesa à questão da Segurança. Os trabalhadores e a juventude oprimida não devem se iludir com tais medidas. É preciso responder no campo da independência de classe.

Para a Corrente Proletária/POR esta resposta deve começar com a convocação de assembleias e plenárias, para que seja possível discutir e responder coletivamente à questão, tanto na universidade quanto fora dela. Junto a isso erguer um movimento de luta em defesa de um programa próprio de reivindicações da maioria oprimida, o que inclui o fim da pobreza - emprego a todos aptos a trabalhar, com a implantação da escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital, etc. Nesse quadro se efetivará as formas organizadoras da autodefesa da população.

O 60º Congresso da UNE está acontecendo nesta semana, de maneira que o DCE da UFABC, assim como as demais entidades estudantis, devem convocar para a próxima semana a Assembleia Estudantil para discutir e encaminhar o plano de lutas. A convocação da Assembleia Geral Universitária também é fundamental para dar uma resposta conjunta. Sem a convocação das assembleias e a organização das massas, estudantis, universitárias e, sobretudo, operárias, prevalecerá a situação de insegurança, e a resposta burguesa.

POR participa do Ato “Intifada LGBT+” na manhã da Parada do Orgulho LGBT+

No dia 22 de junho, aconteceu a Parada do Orgulho LGBT+ da cidade de São Paulo, o POR se integrou ao ato independente denominado “Intifada LGBT”, convocado pela Frente Palestina SP, Fepal, Conlutas, PSTU, PCBR, MRT, direções sindicais ligadas à CSP-Conlutas, bem como parte do Sinasefe que estava finalizando seu Encontro da Diversidade Sexual e que foram mobilizados pela nossa militância na plenária do encontro.

O chamado focou em 3 pontos: a luta contra o genocídio na Palestina; a crítica ao “pinkwashing” na parada e na comunidade, vinculando à luta contra a escala 6x1; e às cotas trans. Foi importante manifestar no interior da Parada, um evento marcado pela despolitização e consumismo, a crítica à instrumentalização da causa “LGBT” por parte do Estado sionista de Israel, que se apresenta como um território livre de discriminações ao mesmo tempo em que promove o apartheid e genocídio do povo palestino.

O tema do fim da escala 6x1 tem grande importância por ser parte de uma luta mais geral pela redução da jornada sem redução salarial, e expressa necessidades vitais de homossexuais e transsexuais, a redução da jornada é parte da luta por emprego para todos, sem discriminações. Hoje, as pessoas trans têm extrema dificuldade em conseguir um posto de trabalho formal, considerando as violências que sofre em casa e na escola, levando muitas vezes à prostituição como caminho de sobrevivência. Para aqueles que conseguem um trabalho formal, em geral são os mais precarizados, como os serviços de telemarketing que ultraexploram na escala 6x1.

Em relação às cotas trans, trata-se de uma reivindicação limitada capaz apenas de incorporar um pequeno contingente dessa

população em vagas educacionais e de trabalho. Para que todos possam estudar e trabalhar, é fundamental a luta geral por acesso irrestrito a todos os níveis de ensino e pela escala móvel das horas de trabalho.

A concentração ocorreu às 10 horas no meio do cruzamento da Rua Augusta com a Avenida Paulista e teve microfone aberto durante cerca de duas horas. Várias falas defenderam os palestinos e condenaram o Estado sionista, vincularam os ataques dos empresários que patrocinam a parada, levantaram a bandeira do fim da 6x1, e abordaram sobretudo a cobrança de que o governo Lula rompa relações diplomáticas, acadêmicas, políticas e, sobretudo, econômicas com Israel.

Em nosso pronunciamento, defendemos nenhuma ilusão na diplomacia ou na ONU, defendemos a frente única anti-imperialista e de que os sindicatos participem dos atos em prol da palestina. As falas politizadas no microfone permitiram atrair a atenção



de vários transeuntes que chegavam pouco a pouco à avenida, muitos participaram por certo tempo. foi possível entregar cerca de 150 manifestos para os presentes e aos que paravam para escutar e também divulgar o recém-lançado panfleto “Resposta marxista à opressão sexual” que despertou interesse em alguns dos participantes. O POR esteve presente, distribuiu seu manifesto e divulgou o folheto “Resposta marxista à opressão sexual” recentemente publicado.

Não é um espaço fácil de atuar, devido às enormes proporções festivas e turísticas que a parada de São Paulo se transformou, mas é preciso considerar que essa população também padece da despolitização e da crise de direção revolucionária. A parada tem em suas raízes a Revolta de Stonewall, de 28 de junho de 1969, nos Estados Unidos, um levante de travestis, transexuais e homossexuais contra a violência policial e as discriminações. Estar nas ruas, sem ter que esconder sua sexualidade, foi uma conquista das lutas. Porém, as direções do movimento LGBT+ foram se distanciando cada vez mais dessa origem combativa e se subordinando aos capitalistas e governos burgueses, que veem na parada um nicho de consumo e possibilidade de lucros.

Assim, o balanço de nossa participação foi positivo e que quando se erguerem colunas desse tipo no domingo das paradas devemos avaliar como atender ao chamado e mobilizar, pois há nesse dia um enorme contingente de explorados aos quais podemos apresentar a política proletária e o programa do POR, Para que as reivindicações do movimento LGBT sejam conquistadas, devem ser vinculadas à política proletária e ao programa da revolução

social, assim como o combate contra a violência pela qual passam deve estar vinculado à luta anti-imperialista, anticapitalista e pela revolução social.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

RESPOSTA MARXISTA À OPRESSÃO SEXUAL



Balanco da trajetória dos movimentos LGBT
A defesa do Partido Operário Revolucionário de lutar pelo fim das opressões com os métodos da luta de classes



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO SOCIAL E DO PROLETARIADO

Rio Grande do Norte

Plenária Mensal do POR teve como tema os “90 anos do POR Boliviano”

A plenária mensal ocorreu em 05 de julho. A nossa homenagem aos 90 anos do POR da Bolívia contou com três apresentações. Uma camarada abordou os desafios de Aguirre e outros militantes na construção do partido revolucionário, Aguirre, Marof e outros camaradas perseguidos e expulsos da Bolívia e exilados no Chile se integraram ao Partido Comunista chileno. Aguirre pôde combater as posições da burocracia estalinista, mas acabou sendo expulso do PC do Chile por se aproximar da política da Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Leon Trotsky.

Aguirre e Marof fundaram o Partido Operário Revolucionário (POR) em 1935, na Argentina. No entanto, as diferenças programáticas logo vieram à tona, o que resultou na cisão entre Marof e Aguirre. Marof caminhou para as posições eleitoreiras, buscava um partido de massas oportunista, enquanto Aguirre defendia um partido revolucionário de quadros experimentados nas lutas.

O POR vai se constituir de fato no momento em que se vincula ao proletariado mineiro. A aprovação das Teses de Pulacayo, redigida por Guillermo Lora, em 1946, foi a aplicação do Programa de Transição da IV Internacional à realidade boliviana. Tratava-se de um documento sindical que vinculava as reivindicações transitórias com a estratégia da revolução social.

A primeira apresentação encerrou ressaltando o POR como um partido marxista, leninista e trotskista, que foi capaz de penetrar as ideias revolucionárias no seio da classe operária (mineira) e que elaborou o programa da revolução proletária para um país semi-colonial atrasado, a Bolívia.

Outro camarada abordou a Revolução de 1952, que foi precedida pela vitória eleitoral do MNR em 1951 e o golpe da oligarquia

contra o resultado eleitoral. Em abril de 1952, o MNR havia preparado um golpe de Estado contra a oligarquia, apoiado na polícia e em setores da cúpula militar. No entanto, o governo conseguiu resistir e encurralar o MNR, que por sua vez recorreu aos mineiros. Os mineiros, sob a política do POR, superaram os métodos golpistas do nacionalismo burguês do MNR, formaram as milícias operárias e camponesas, dissolveram o exército e derrubaram o governo, que ficou conhecido como Revolução de 1952.

A lição deste acontecimento é que o proletariado pode aproveitar uma crise interburguesa e com seus próprios métodos e independência de classe, tomar o poder. No entanto, pelo fato do POR não ser direção física da maioria da classe operária, os mineiros entregaram o poder para o MNR, partido que acreditavam que iria executar as Teses de Pulacayo. Sob pressão das massas, o MNR chegou a nacionalizar as minas, embora com indenização, e realizar uma limitada reforma agrária. No entanto, como qualquer governo nacionalista burguês, desarmou as milícias operárias e camponesas, reconstituiu o exército e concluiu como subserviente do imperialismo norte-americano.

A terceira exposição ressaltou a luta dos mineiros bolivianos e suas reivindicações, comparando com as lutas do proletariado brasileiro, em particular, com as greves dos anos de 1980 e suas principais reivindicações. E a luta do POR boliviano para erguer o partido de quadros marxistas com a luta do POR brasileiro para construir o partido. Enfatizou a colocação de Lora, no momento da fundação de nosso partido, de que era preciso construir o partido-programa, o que implicava conhecer a realidade brasileira e intervir na luta de classes, fundamentalmente na classe operária.

PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES DO CONUNE - DIAS 16 E 17

UNE segue como capacho do governo burguês de Lula-Alckmin

A Corrente Proletária Estudantil marcou presença no dia 16 de julho de 2025 no 60º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE). A abertura da atividade, prevista para começar às 17h, teve seu início apenas às 20h.

Inicialmente, esperava-se que a abertura ocorresse no Centro de Convenções da Universidade Federal de Goiás (UFG), mas a direção da UNE decidiu mudar de última hora o local sem qualquer divulgação da mudança. Optaram por transferir para o Departamento de Física da UFG, um espaço fechado com capacidade limitada para comportar todas as organizações presentes. A burocratização que já vínhamos apontando se reforçou. A abertura do Congresso teve início com uma homenagem aos estudantes do Pará, vítimas fatais do acidente ocorrido na BR-153.

Logo no primeiro dia do CONUNE, ficou evidente que a suposta programação divulgada pela UNE, na verdade, era uma ilusão. Pois, além da programação inconstante, (repostadas seis vezes nas redes sociais), ocorreram atrasos, desorganização e negligência.

No segundo dia, 17 de julho, a situação se repetiu. A primeira atividade, com a presença do presidente Lula, prevista para às 10h, só teve início às 14h, atrasando o restante da programação e comprometendo a alimentação dos estudantes, que enfrentaram mais de duas horas de espera em longas filas sob o sol, com pessoas passando mal.

A atividade com a fala do presidente Lula (PT) foi restrita à juventude do PT, impedindo até mesmo a entrada de organizações aliadas ao governo, como Kizomba, Afronte, UJS e Travessia. O Centro de Convenções, com capacidade para 3 mil pessoas, foi preenchido apenas pela juventude do PT, para paparicar Lula.

Enquanto isso, parte dos estudantes do próprio PT também ficou do lado de fora, mesmo estando com a pulseira obrigatória para entrar. Metade deles tentou derrubar as grades de entrada, mas o divisionismo interno da juventude do partido impediu qualquer ação efetiva: uns tentavam forçar a entrada empurrando as grades, outros adotavam uma postura pacifista e desencorajavam qualquer tentativa. Além disso, estudantes próximos às grades foram informados de que, caso invadissem o Centro de Convenções, a polícia já estava autorizada para soltar bala de borracha nos estudantes.

Os locais dos Debates Simultâneos, previstos para o segundo dia do Congresso, foram divulgados apenas duas horas após o horário marcado para seu início.

Entre as temáticas dos debates, estavam: fim da escala 6x1, combate às fake news, combate ao avanço da extrema direita, unidade dos estudantes latino-americanos, construção de políticas públicas no enfrentamento do genocídio da juventude periférica e transição de energia justa.



Todavia, no segundo dia do Congresso, temas como o marco regulatório do EAD ocuparam a programação original da UNE, revelando tanto falhas organizativas quanto uma nítida defesa do ensino privado. Por exemplo, propostas como as presentes nas “Dez teses do Correnteza para mudar a Educação” inclui-se: “3. Aumentar verbas da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e criar plano de assistência estudantil para o EAD e privada”, o que, na prática, representa a defesa aberta à educação privada. A Tese da CPE, pelo contrário, é categórica em afirmar que não é possível fortalecer a Educação pública sem combater a educação privada. A coexistência entre esses dois sistemas de ensino leva, em última instância, à destruição do ensino público e à penetração das propostas neoliberais na educação. O combate ao EAD se dá pela luta pelo fim do ensino privado.

As mesas de “debates” foram um simulacro de debates. Onde além de nenhuma das mesas terem seu local anunciado na programação da UNE, chegamos a testemunhar uma mesa que mudou de local por decisão das forças presentes, aprofundando a desordem. Nenhuma mesa começou pontualmente as falas, o atraso das mesas foi compensado pelo barulho das organizações, análogo a uma “gincana de 5º série”. Assim como foi no 16º do CONEB as falas de intervenção das mesas do CONUNE foram divididas entre as organizações da majoritária e de oposição, com a oposição ficando com a minoria das falas, cabendo às oposições aceitarem esse ditame da direção da UNE.

A desorganização da oposição também é flagrante. Não houve informações, por exemplo, de onde seria o ato contra o governo Lula durante sua fala.

A CPE interveio nesses dois dias através da distribuição da tese e da banca, com livros, jornais e folhetos. Militantes da Revolução Socialista e da Organização Comunista Internacionalista adquiriram material e assumiram utilizar folhetos do POR em seus próprios estudos, manifestando, assim, a riqueza do conteúdo e reflexões assimiladas e publicadas pelo POR. Não houve ainda, nem existe a confirmação de uma plenária das oposições.

A burocratização e ações reacionárias levadas a cabo pelas correntes que fazem parte da direção da UNE, e a conivência de correntes satélite, como o Correnteza, era esperada, mas vem aumentando. Trata-se da forma necessária para defender um governo que ataca os trabalhadores e a juventude oprimida. A superação dessa direção passa pela proletarianização política da juventude, assumindo as reivindicações da classe operária e da maioria oprimida, de forma independente e com seus métodos próprios. Isto certamente levará ao choque com o governo burguês de frente ampla, que representa uma continuidade nas políticas essenciais dos governos anteriores, como a manutenção das contrarreformas. A tese da CPE é o guia para superar a crise de direção no interior do movimento estudantil. O que implica também superar as vacilações das correntes centristas que postam de oposição.

Embora a Plenária Estadual da CUT não tenha se baseado na eleição de delegados de base e tenha sido realizada pela via virtual, a Corrente Proletária/POR não deixou de apresentar sua posição. Abaixo publicamos um pronunciamento dirigido aos trabalhadores, que se acham marginalizados de suas próprias organizações sindicais.

17ª Plenária Estadual da CUT

Posição da Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário

Aos delegados,

O movimento operário e dos demais trabalhadores está diante da agudização da crise econômica e política mundial, que vem arrastando o Brasil e que exige uma resposta do ponto de vista de classe. Do ponto de vista de classe porque não se pode confundir com os interesses dos capitalistas e com as ações governamentais. A CUT, as demais centrais e os sindicatos não têm cumprido o objetivo de organizar os explorados no campo da independência de classe, para defenderem um programa próprio contraposto às tendências desintegradoras do capitalismo e às brutais consequências que recaem sobre o proletariado e a maioria oprimida.

Os trabalhadores vêm suportando um acúmulo de ataques da burguesia às suas condições de trabalho e de existência. Um conjunto de direitos elementares têm sido arrancados por medidas antioperárias e antipopulares decididas e decretadas pelo governo e pelo Congresso Nacional. Essa mesma linha é aplicada pelos governos estaduais e municipais.

Em pouco menos de uma década, o poder econômico e político da classe capitalista impôs duas contrarreformas abrangentes e várias leis que dão aos exploradores o direito de aumentar a taxa de superexploração do trabalho e precarizar ao máximo as relações trabalhistas. Os governos Temer e Bolsonaro, que emergiram nos marcos do golpe de Estado de 2016, ditaram as reformas trabalhista e previdenciária, bem como leis que amparam a terceirização e a informalidade. Dificultaram as condições para a aposentadoria e pioraram a situação dos milhões de aposentados. Nesse terreno, os governos passaram à ofensiva contra o funcionalismo público, que não faz parte da oligarquia estatal encastelada nos poderes do Estado.

A burguesia, principalmente o grande capital, tem se protegido das contradições do capitalismo mundial e nacional às custas de liquidação de antigas conquistas da classe operária. Certamente, esse percurso faz parte das leis de funcionamento do capitalismo e de suas tendências desintegradoras. Qualquer governo de plantão, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, acaba por descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

O problema está, portanto, na capacidade de a classe operária enfrentar os exploradores e seus governos com seu programa, reivindicação, organização e método próprio de luta. Revolta e disposição de luta existem e estão presentes nos locais de trabalho, inclusive nos bairros pobres. Os trabalhadores não aceitam a terceirização e a informalidade. Querem a volta dos empregos diretos e almejam a estabilidade no trabalho. Todos os assalariados querem a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário. Reclamam do miserável salário mínimo. Querem a volta da aposentadoria por tempo de serviço e de acordo com as condições de trabalho.

Os dirigentes sindicais sabem perfeitamente que estão assentados sobre uma revolta latente. Eis por que elevam a burocratização dos sindicatos e eliminam a democracia sindical. Em grande medida, aboliram as assembleias, limitaram as campanhas salariais, anularam os congressos de base e subordinaram a vida sindical às eleições e às disputas interburguesas. Houve uma verdadeira privatização dos sindicatos, tornando-os correias de transmissão desta ou daquela política promovida no interior do Estado burguês. O divisionismo sindical se ampliou a ponto de a burocracia constituir várias centrais. Com a terceirização, ampliou-se a fragmentação sindical e com ela agravou a burocratização dos aparatos.

Há uma clara ligação entre o predomínio do autoritarismo burocrático nos sindicatos e um profundo retrocesso do movimento operário. Vimos que Temer e Bolsonaro tiveram as mãos livres para arrancar da CLT e da Previdência Social antigos direitos admitidos no passado pela própria burguesia e governantes. As centrais e sindicatos, quando muito espernearam, mas se adaptaram às contrarreformas. Na pandemia, auxiliaram o patronato a avançar a implantação da flexibilização capitalista do trabalho.

A volta de Lula à Presidência da República não levou o PT e os dirigentes sindicais a mobilizarem os trabalhadores pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Lula não só as manteve como se colocou por avançar no caminho aplainado pelos dois governos anteriores. Negociou com a oligarquia partidária um acordo de transição baseado no estabelecimento do Arcabouço Fiscal (Teto de Gastos). O que implicou garantir o pagamento da dívida pública e sustentar o crescente parasitismo do capital financeiro. É nessas condições que Lula altera os critérios de “valorização” do salário mínimo, determina cortes no orçamento dos serviços essenciais, principalmente da educação. Adaptou-se ao “orçamento secreto” do Congresso Nacional, dando-lhe uma faceta legal e permitindo a elevação dos valores das emendas parlamentares. Contribuiu para concluir a reforma tributária nos termos ditados pelas frações do grande capital. As direções burocráticas ataram-se ainda mais às divisões interburguesas e à política do governo Lula de frente ampla.

No estado de São Paulo, a ultradireita comandada por Tarcísio e Nunes impulsionaram as privatizações. As centrais sindicais ficaram de costas para a greve da Sabesp, Metrô e CPTM. Permitiram que o governador aplicasse livremente a lei antigreve. O governador e o prefeito constituíram uma frente única para avançar as privatizações, a ponto de se alastrarem para as escolas públicas. A implantação da terceirização nas escolas é parte do plano privatista. Estão empenhados em desenvolver o programa bolsonarista das escolas cívico-militares. É sintomático o fortalecimento do Estado policial. A matança promovida pela polícia nas favelas e bairros miseráveis combina com a violenta

repressão aos moradores de rua. O estado mais rico do país ostenta, assim, o mais alto grau de barbárie social. Isso porque reúne as contradições mais profundas do capitalismo em decomposição e apodrecimento da política de dominação burguesa. Há que se considerar que essa situação teve como antecedente o fracasso das tentativas reformistas lideradas pelo PT. As direções sindicais no estado de São Paulo foram naturalizando a barbárie.

No exato momento em que a CUT realiza a 17ª Plenária, o país se encontra estremecido pelo conflito entre o governo federal e o Congresso Nacional em torno ao Arcabouço Fiscal, o déficit orçamentário e a gigantesca dívida pública. A derrubada do decreto presidencial que estabelecia a elevação do Imposto de Operações Financeiras (IOF) colocou o governo Lula contra a parede. A fração direitista e ultradireitista da política burguesa exige medidas que ampliam as contrarreformas. Lula e seu governo de frente ampla acobertam sua diretriz pró-grande capital com a máscara da reversão do imposto regressivo para progressivo. As leis econômicas do capitalismo, expressas na economia atrasada e semicolonial, resultam em crescente concentração de riqueza em mãos da minoria burguesa e expansão da pobreza e miséria entre a maioria explorada. A crise do IOF oculta aos olhos dos trabalhadores as relações econômicas estruturais que mantêm milhões sobrevivendo na pobreza e miséria. As direções sindicais se alinharam por trás do embate sobre a taxa do IOF, mantendo à margem o programa próprio de reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores.

Nem bem Lula, Congresso Nacional e o STF caminhavam para diminuir a polarização política, Trump enviou uma bomba dos Estados Unidos contida em uma carta ao governo brasileiro. Decretou uma tarifa de 50%, condicionada à exigência do STF de interromper o processo de condenação de Bolsonaro e revogar as medidas de regulação das redes sociais. A família Bolsonaro e seus sequazes da ultradireita recorreram a Trump para que criasse as condições políticas em direção a uma “anistia ampla e restrita” aos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O imperialismo se valeu desse fato para atacar o STF e, em particular, o ministro Alexandre de Moraes.

Em torno do processo contra Bolsonaro e a acusação de Trump de se praticar uma “caça às bruxas” se montou um circo. A ultradireita ficou visivelmente exposta como agente do imperialismo norte-americano. A direita voltada às eleições presidenciais de 2026 vestiu a máscara da soberania nacional e da unidade entre governantes e empresários para negociar uma solução com Trump. Nisso se resume a bandeira petista e aliados de “unidade nacional”. Em particular, o PSOL ilude a si próprio com a bandeira do “patriotismo”. O fato é que os Estados Unidos, sob a direção de Trump, incorporou o Brasil como um importante ponto de apoio em sua guerra comercial dirigida principalmente contra a China. Ou a burguesia brasileira força o Estado e seus governantes a se alinharem com o imperialismo norte-americano, ou enfrentarão as consequências da guerra econômica e da escalada bélica mundiais. Esse é o curso traçado desde Washington.

Está comprovado historicamente que a burguesia brasileira é incapaz de impor às forças do imperialismo a soberania nacional. Não será agora, sob o governo de frente ampla comandado por Lula, que as frações mais poderosas da oligarquia brasileira irão se confrontar com seu amo norte-americano. E Lula não terá outro caminho a não ser o da sujeição aos interesses do grande capital. A classe burguesa do Brasil semicolonial não vacilará em colocar seus interesses acima da soberania nacional. A defesa da independência nacional passou inteiramente para as mãos da classe operária e da maioria oprimida. As direções sindicais que se sujeitam à farsa da “unidade nacional” burguesa para derrotar a ofensiva de Trump se contrapõem à organização do movimento operário independente e da unidade da maioria oprimida em uma frente única anti-imperialista.

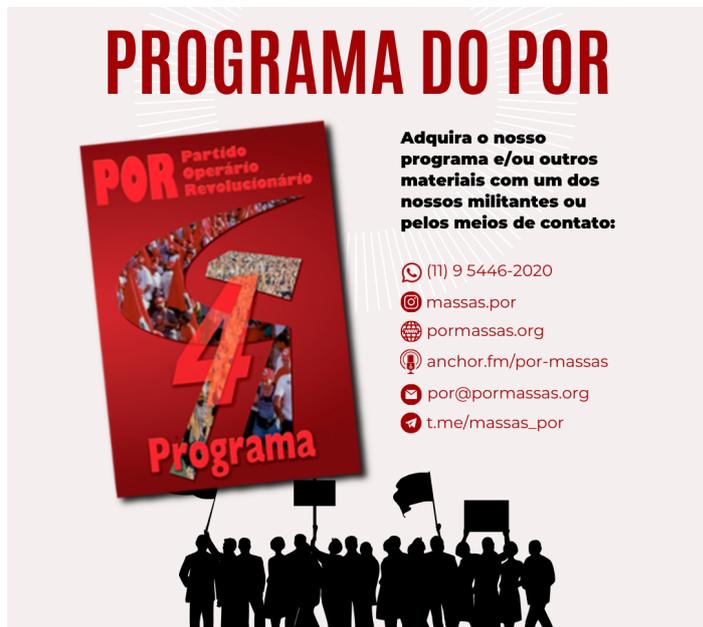
A tarefa urgente da CUT e sindicatos é a de levantar um programa próprio da classe operária diante da crise que abala mundialmente o capitalismo, que desencadeou a guerra na Ucrânia, a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza e a conflagração no Oriente Médio e que vem gestando um período de guerra comercial mais amplo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A classe operária brasileira, como parte do proletariado internacional, deve assumir uma posição distinta e oposta às posições da burguesia e seus governantes. Essa diretriz de classe é determinada pela necessidade histórica da revolução social. Um dos obstáculos para que a classe operária se organize e lute no terreno da independência política e organizativa se encontra na burocratização dos sindicatos, no divisionismo e no colaboracionismo pró-capitalista.

A Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário não se furtou a defender nas eleições de delegados que a 17ª Plenária da CUT expresse a independência dos trabalhadores diante da burguesia, de seu Estado e de seus governantes. Em meio a esse processo, Trump desfechou o ataque imperialista contra a soberania do Brasil. Esse fato condiciona terminantemente as discussões e resoluções da 17ª Plenária. Colocamos para essa Plenária discutir e decidir os seguintes pontos:

- 1) combate implacável às tarifas e às demais exigências ditadas por Trump, por meio dos métodos da luta de classes;
- 2) aprovação de um programa de reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; pela derrubada das contrarreformas e dos planos de privatização;
- 3) organização de um movimento em favor da constituição de uma frente única anti-imperialista;
- 4) rejeição à subordinação do movimento operário, camponês e popular à estratégia burguesa de unidade nacional;
- 5) fim da guerra na Ucrânia, sob a bandeira da unidade da classe operária para dismantlar o cerco da OTAN à Rússia e alcançar uma paz sem anexação; pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza, direito dos palestinos à autodeterminação, unidade dos povos oprimidos contra a dominação imperialista no Oriente Médio e por uma República Socialista da Palestina.

Sobre essa base, a 17ª Plenária orienta os sindicatos a realizarem reuniões nos locais de trabalho e assembleias, de forma a erguer um movimento nacional, que tenha como ponto de partida a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua.

18 de julho de 2025



PROGRAMA DO POR

Partido Operário Revolucionário

Adquira o nosso programa e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelos meios de contato:

- (11) 9 5446-2020
- massas.por
- pormassas.org
- anchor.fm/por-massas
- por@pormassas.org
- t.me/massas_por

Curso mensal de formação política do POR

No dia 6 de julho, foi realizado o curso de formação política em São Paulo. O estudo teve como título “As guerras no Oriente Médio. Posição e resposta programática do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Foram usados os seguintes artigos, publicados no Jornal Massas: 1) “Somente a classe operária pode enfrentar as tendências bélicas e as guerras em curso”; 2) “Estados Unidos exigem que o Irã se renda incondicionalmente. Israel age como um braço armado do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Estados árabes servem de auxiliares da política de Trump e Netanyahu. A classe operária e os demais trabalhadores têm o dever de se colocar ao lado do Irã; 3) “Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel. Por um levante da maioria explorada do Oriente Médio e do mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza e contra as investidas bélicas no Líbano, na Síria e no Iêmen. Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode impedir o impulso à catástrofe mundial. Pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado”; 4) “Estados Unidos atacam o direito de autodeterminação da nação oprimida. Não à destruição do programa nuclear do Irã. Não à derrubada do regime nacionalista pelas mãos dos Estados Unidos, Israel e potências europeias aliadas. Libertar o Oriente Médio da dominação norte-americana e de seus aliados. Organizar e erguer o movimento anti-imperialista pelo fim da intervenção militar de Israel e Estados Unidos na Faixa de Gaza e no Irã”.

Nesse mesmo dia, foi feito um ato político em homenagem aos 36 anos do POR. Atilio abriu os estudos e o ato. Antes

da divisão em grupos, Magda fez uma breve exposição da história do partido. Iniciou apresentando os artigos do Jornal 743, “36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)”, “O que é o POR” e “36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR), lutando sob a bandeira da IV Internacional”. Em seguida, mostrou o nascimento do POR em 1 de julho e 1989 e o momento histórico de crise econômica mundial, imposição da diretriz neoliberal do Consenso de Washington aos países semicoloniais, o fim da ditadura militar, o fortalecimento do PT como partido adaptado ao Estado burguês e a primeira eleição presidencial após a ditadura militar em que Lula disputou com Fernando Collor de Mello, o avanço da política de conciliação de classes das direções sindicais e a proliferação de correntes de esquerda resultado do estilhaçamento da IV Internacional, as primeiras reuniões do CERQUI e a participação do Brasil, a vinda de Guillermo Lora ao Brasil em 1990 e constituição do POR como partido leninista, voltado à construção do programa da revolução proletária no Brasil.

Após a exposição, houve a divisão em quatro grupos e distribuição dos artigos. Os grupos discutiram por uma hora e, depois, em plenária, expuseram suas conclusões. No final, foi feita uma síntese das principais conclusões. Eis:

1) O capitalismo em sua fase de decomposição reforça a escalada bélica. Isso ocorre porque se trata de uma crise em que as forças produtivas estão em choque com as relações de produção e as fronteiras nacionais. A reação das potências têm sido a de impulsionar a indústria bélica;

2) A guerra na Faixa de Gaza travada por Israel tem sido uma guerra para incendiar o Oriente Médio e estabelecer a hegemonia dos Estados Unidos nesta região geoestratégica;

3) Ao expandir a guerra para o Líbano, Síria, Iêmen, o imperialismo norte-americano focou o Irã. A questão nuclear do Irã e, em particular, o problema da bomba atômica comparece como justificativa dos ataques de Israel e Estados Unidos. As potências estão se rearmando, como é o caso dos países da União Europeia, sob a justificativa de conter a expansão da Rússia. Os Estados Unidos rearmaram o Estado sionista de Israel, sob a justificativa de garantir sua existência. Agora, jogam a responsabilidade sobre o Irã, impedindo que alcance a bomba atômica. Direito este reservado para um grupo seleto de países;

4) A política do proletariado não pode ser confundida com a do pacifismo burguês e pequeno-burguês. Sua política tem de ser a da defesa incondicional da nação oprimida. O que implica a defesa do Irã e do seu direito de ter a bomba atômica. A resposta do proletariado está assentada no programa da revolução social. Somente a revolução poderá unir os operários judeus, árabes e persas contra o Estado sionista e pela expulsão dos Estados Unidos do Oriente Médio. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio permite a unidade das nações oprimidas.

Em seguida, o camarada Luiz deu os informes sobre o Boletim Nossa Classe e o trabalho de divulgação nas fábricas.

Para encerrar o curso de formação, os presentes se colocaram de pé e deram um VIVA aos 36 anos de construção do Partido Operário Revolucionário. E um VIVA ao Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



LANÇAMENTO
FOLHETO

Grupo de Estudos do Marxismo

Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior do capitalismo
A Revolução Permanente

2024

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

36
anos**do Partido
Operário
Revolucionário****1989
2025**

No Jornal Massas 743, iniciamos a exposição histórica sobre os 36 anos do POR e reproduzimos o documento “O que é o POR”, que sintetiza os fundamentos programáticos iniciais da fundação do partido em 1 de julho de 1989. Nesses 36 anos de existência, foram realizados 17 Congressos. Entre eles, as Conferências Nacionais e Regionais.

O livro “20 anos construindo o programa”, de julho de 2009, contém o programa, as resoluções sobre a situação internacional e nacional, abrangendo dez Congressos e cinco Conferências Nacionais. Depois da V Conferência Nacional, de janeiro de 2002, o partido passou a realizar sistematicamente as Conferências Regionais. Toda essa documentação está publicada em livros. As resoluções do XVII Congresso foram publicadas no livro “Internacionalismo Proletário. Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza potencializam a crise mundial”, 17 de maio de 2024. Nesse livro, também se encontram os documentos das IV Conferências Regionais, ocorridas entre janeiro e março de 2023. O cuidado em divulgar entre a vanguarda que se reivindica do socialismo diz respeito à concepção de que o partido é o programa.

No III Congresso, 9 de janeiro de 1993, foi aprovada a primeira versão do programa do POR. No IV Congresso, 9 de julho de 1994, deliberou-se por uma Plataforma Programática. No VII Congresso, 11 de janeiro de 2003, foi feito um aperfeiçoamento do programa. Em janeiro de 2014, o POR realizou o seu XII Congresso, tendo por objetivo principal a aprovação do programa em sua forma mais acabada. Está publicado em livro, cuja apresentação afirma: “O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora. (...) O programa do XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária. (...) Verificamos como a classe operária se elevou como a força motriz da revolução socialista. Dela se origina o programa e de nenhuma outra classe oprimida. Sem dúvida, este é forjado pelo seu destacamento avançado que assimilou e assimila as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo”.

O programa, como a experiência do marxismo-leninismo demonstra, não é estático. Aspectos particulares podem ser superados pelas transformações objetivas e exigirem ajustes programáticos. O POR passou por várias etapas de constituição de seu programa, chegando a forma mais definitiva no XII Congresso. A sua estrutura consta das seguintes partes: I) Fundamentos do programa; II) Programa Transição para a revolução socialista no Brasil; III) Fundamentos históricos do programa. Cada uma das partes é constituída de tópicos. Na parte III, se encontram: a) Internacionalismo proletário; b) Imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo; c) Época de guerras, revoluções e contrarrevoluções; d) O caráter semicolonial do Brasil; e) A

classe operária é a classe revolucionária; e) A inviabilidade do reformismo; f) A luta pela independência da classe operária.

O Manifesto “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, que encerrou o XII Congresso, expressa as seguintes afirmações: “Nos dias 11 e 12 de janeiro, foi aprovado o novo programa do POR. O Congresso contou com a participação da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o que expressa o empenho de impulsionar o internacionalismo proletário. (...)”

Os dois primeiros Congressos, por sua vez, nos revelam claramente que o POR nasceu vinculado ao trotskismo. Colocou-se, desde a sua origem, pelo objetivo de reconstruir a IV Internacional, ou seja, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Pode-se dizer, portanto, que começamos nossa existência organizada com o I Congresso, realizado em 1 e 2 de julho de 1989. Já estávamos empenhados em estruturar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, juntamente com o POR da Bolívia e o Comitê Construtor do POR da Argentina. (...)”

A militância poderá constatar que as inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo não possuem o programa. Substituem-no por análises conjunturais, por declarações políticas e por documentos teóricos. O programa como exposição e revelação das leis históricas do país que leva à revolução proletária e como fundamento marxista do socialismo é desconhecido pelas correntes revisionistas do trotskismo. A renúncia à tarefa de definir o caráter da revolução no Brasil explica o desprezo pelo programa. (...)”

O marxismo em sua essência é o programa comunista, que permite ao proletariado se desenvolver como força social consciente. Derrotar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O Partido Revolucionário, portanto, se constitui no instrumento pelo qual o proletariado realiza esse objetivo histórico. (...)”

O trabalho de elaboração e discussão do programa não se resumiu ao Congresso. Toda militância esteve, por longo período, envolvida em sua fase preparatória. De maneira que o programa resultou da elaboração coletiva e da decisão consciente de atualizar o Programa de 1993. Esse percurso foi possível devido ao partido estar envolvido na luta de classes, passando a prova de situações turbulentas, ter formulado respostas, ter defendido posições e por ter elevado a capacidade teórica da militância. (...) O Programa se concebe e se forja no seio da luta de classes e se nutre das conquistas mundiais do proletariado.

Têm particular importância em nosso desenvolvimento a assimilação das conquistas programáticas do POR da Bolívia e as experiências realizadas no trabalho de construção do Comitê de Enlace. (...)”

Chamamos os explorados e oprimidos a se colocarem sob o Programa da Revolução Proletária. Chamamos seu destacamento avançado a fortalecer as fileiras do POR com o objetivo de fundir o programa socialista com o proletariado revolucionário, nacional e internacional. Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!”.

Nesta edição:

Bolívia: Ato dos 90 anos do POR em La Paz;

Entrevista: Israel/EUA x Irã;

Irã: Posição da LIT-PSTU em relação ao Irã;

80 anos da criação da bomba atômica;

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): “A situação da classe operária e os sindicatos”; A questão agrária e a construção socialista.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Ato realizado em La Paz (Bolívia) pelos 90 anos do Partido Operário Revolucionário

Abaixo transcrevemos o pronunciamento do camarada Ramon Basco, membro da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI):

“Companheiras e companheiros, militantes do POR, é uma honra estar presente neste ato. Trago a saudação de todos os camaradas do CERQUI.

Há um mês, fizemos um grande ato em homenagem aos 90 anos do POR em São Paulo. Um grande ato refletido no Boletim Internacional do CERQUI. Um evento em que participaram delegações de todas as regionais do Brasil. Um ato que foi capaz de refletir toda a vida do POR. Todas as intervenções dos camaradas expressaram a história da luta e a qualidade programática do partido. Foi possível assinalar a importância do fenômeno histórico que significa para Bolívia a existência do POR. Por que conseguiu preservar seu programa? (...) Ou seja, o que há de mais essencial do marxismo-leninismo? Essa é a importância que tem para a Bolívia. Um Partido que em 90 anos pôde passar pelo teste de todos os governos. De muitas provas: situação política convulsiva, perseguições, prisões, mortes, exílio. Um partido que também foi fracionado pela ação dos revisionistas. Esse Partido se manteve incólume por 90 anos.

Podemos ver, que partidos existiam há 90 anos na Bolívia. Uns oitenta, uns setenta? Praticamente desapareceram. Somente permanecem o POR boliviano e o partido comunista, que na época era o PIR. E já sabemos em que processo está o partido comunista.

Atilio também colocou na sua intervenção no ato em São Paulo um fato muito importante. O tipo de militância do POR boliviano. O POR boliviano forjou militantes profissionais. Militantes que dão suas vidas pela revolução, sem esperar receber nada em troca. Isso o diferencia completamente dos partidos de funcionários públicos, que vivem de renda do partido. Na história do POR boliviano não houve renda, não houve funcionários. O motor do partido é a militância convencida do programa, das ideias. Estes são os profissionais do partido, estes são os profissionais da revolução. E é por isso que continua como referência na Bolívia e internacionalmente. É a base para a reconstrução da Quarta Internacional. Os ensinamentos do POR boliviano são uma referência inevitável.

Hoje, estamos atravessando uma situação extremamente complexa no mundo. Assistimos a um genocídio implacável. O sionismo israelense massacra o povo palestino. Uma matança bestial. Os deixaram sem água, sem alimentos, destruíram seus hospitais, suas escolas, destruíram suas casas. Todos os dias, ocorre um massacre. Vemos as imagens de como os matam quando vão procurar comida, desesperados para receber um pouco de alimento. Contabilizam-se 60.000 mortos, mas certamente há muito mais.

O genocídio não foi interrompido por nenhum organismo in-

ternacional, pelo governo de nenhum país. Está à vista de todo o mundo a carnificina que se está perpetrando contra os palestinos. E a guerra de Israel se estende à Síria, ao Líbano e à Síria. Essa guerra deu um passo adiante contra o Irã. Assassinarão generais, cientistas, e ameaçaram de morte o principal responsável de seu governo. Ameaçaram a população de Teerã, exigindo que evacuasse antes de descarregar as bombas mais poderosas sobre as centrais nucleares. E, de fato, o fizeram. Trump enviou os bombardeiros desde os Estados Unidos com as bombas mais terríveis que existem depois das bombas nucleares, e as descarregaram. Descarregaram 12 bombas do seu arsenal sobre as centrais nucleares. Isto é um fato histórico. É a primeira vez que os Estados Unidos atacam uma planta nuclear de outro país. E assim fizeram em solidariedade com a intervenção de Israel. Porque Israel não podia realizar esta guerra, se não fosse com o apoio financeiro, se não fosse com o apoio em armas, se não fosse com o apoio político, não só dos Estados Unidos como também das principais potências imperiais.

Mas também temos a guerra na Ucrânia que já dura mais de três anos, uma guerra também iniciada, promovida e armada pelos Estados Unidos. A Ucrânia não suportaria uma semana de guerra com a Rússia sem o apoio da inteligência e sem o apoio das armas dos EUA. E a guerra se arrasta. Trump havia anunciado que em 48 horas acabaria com a guerra, mas a guerra se alastra e se agrava. Reuniu-se ontem com as autoridades da França e da Inglaterra para dizer que a Ucrânia tem todo o seu apoio. Declararam que têm bombas nucleares e capacidade de atacar. Isso forçou a Rússia a responder hoje que reagirá nos mesmos termos. A esse ponto chegou o agravamento das tendências bélicas. As tendências bélicas se complementam com o armamentismo. A Europa aprovou um orçamento de 800 bilhões de euros para financiar sua corrida armamentista. Armas que são para a guerra, para uma guerra no futuro.

Certamente, todo o armamentismo e todo o discurso bélico visam disciplinar as massas, quer dizer, a Rússia é o inimigo que quer se apoderar de toda Europa, quer dominar toda a Europa e, portanto, a União Europeia tem de se armar. E também se busca disciplinar as massas, porque têm protagonizado lutas impressionantes nos últimos anos.

O complemento deste enfrentamento bélico é a guerra comercial dos Estados Unidos, uma guerra comercial acentuada até um limite incrível, impensável, que vem provocando o caos na economia mundial. O governo Trump lançou um aumento de tarifas para importações, desmantelando o comércio mundial.

Alertamos a 10 anos que essa potenciação da guerra comercial iria potenciar as tendências bélicas. O alvo da guerra comercial parecia ser a China. Mas não é só a China. A guerra comercial também

tem como alvo a Europa. Hoje, Trump está anunciando que, entre amanhã e o dia seguinte, vai enviar a carta com o aumento das tarifas mais do que ele havia anunciado anteriormente. Também anunciou 35% de tarifas ao Canadá. E também a dois dias ameaçou o Brasil com tarifas de 50%. Com que desculpa? Não porque sua balança comercial seja deficitária. Ameaça com tarifas de 50% porque diz que o governo brasileiro está perseguindo Bolsonaro pela sua tentativa de golpe. (...) Denuncia o judiciário brasileiro por causa dos processos que Bolsonaro sofre em decorrência de sua tentativa de golpe de Estado.

Na base da guerra comercial e da guerra bélica, está a decomposição do capitalismo, a decomposição do imperialismo. Este é o problema dos problemas. O capitalismo está esgotado. Não pode resolver nenhuma de suas principais contradições e apela para a guerra, tentando ganhar tempo para dar um passo adiante no sentido de escapar de sua crise. Os Estados Unidos, o principal país imperialista, é que foi atingido por uma crise fenomenal. Não conseguiu sair da crise, da eclosão da crise de 2008-2009. É um dos países com maior nível de endividamento e déficit orçamentário. É um país que lançou um ataque aos direitos das massas. Tem cortado os direitos de saúde e educação. E, barbaramente, atacado os imigrantes. Não é só a Europa que persegue os imigrantes. Os EUA estão expulsando dezenas de milhares, fazendo uma caçada aos imigrantes para expulsá-los. A este ponto se chegou!

Neste quadro vemos que há um processo de direitização dos governos, das instituições, dos partidos. Porque este capitalismo esgotado tem de descarregar sua crise sobre os trabalhadores. Tem de descarregar sua crise sobre as massas. Nós temos aqui pertinho uma experiência muito clara. Um governo de ultradireita que é um exemplo de submissão ao imperialismo. No dia em que Israel lançou o ataque contra o Irã, Milei estava com Netanyahu, reunido em Israel. Ele é o único presidente que se atreveu a apertar sua mão e se reunir com Israel. Não foi casual. É um governo totalmente alinhado com os Estados Unidos e com Israel. É um governo totalmente submetido aos interesses do imperialismo que está destruindo a economia nacional. A esse ponto chegam os governos de direita.

Mas isso nos leva a outro ponto fundamental. As massas estão resistindo. As massas estão resistindo em legítima defesa. Vemos nos últimos anos uma onda de greves na Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Os trabalhadores estão lutando por seus direitos. O que ocorre também nos Estados Unidos. No ano passado, assinalamos que havia num momento 900 setores em luta simultaneamente nos Estados Unidos. Isso nos dá uma ideia de que as massas, apesar de suas direções conciliadoras, reformistas, traidoras, se lançam à luta como podem, com o que têm, e resistem. Mas não apenas em legítima defesa. Houve mobilizações extraordinárias em solidariedade ao povo palestino em todo o mundo. São centenas e centenas de milhares que se mobilizaram repetidas vezes em solidariedade com o povo palestino. Também, nas últimas manifestações, se solidarizaram com o povo iraniano. Especialmente nos Estados Unidos, são importantes as mobilizações que unificam judeus e árabes em defesa da Palestina. Os judeus dizem que não é em seu nome que se realiza a matança.

E também é importante, muito importante a resistência nos Estados Unidos às deportações em massa. Algumas semanas atrás, em mais de 2000 cidades, entre 5 e 7 milhões de pessoas se mobilizaram para rejeitar a política migratória de Trump. Gritaram: "Basta às deportações!" "Basta desta política".

Todas estas lutas levam-nos a nos perguntar sobre o problema dos problemas, o problema histórico que diz respeito ao movimento operário. Que é a crise de direção internacional. Esse é o grande problema. Como reconstruímos essa direção internacional. A Terceira Internacional foi o ponto mais alto da organização do proletariado em nível internacional. Especialmente com seus Quatro Primeiros Congressos. A Internacional dirigida por Lênin e Trotsky respondeu aos principais problemas da classe operária e as princi-

pais tarefas na luta pela libertação nacional dos povos oprimidos. A Terceira Internacional foi liquidada. Foi dissolvida pelo stalinismo. E Trotsky lutará para que esse vácuo fosse preenchido: colocou a necessidade de fundar uma nova Internacional. E luta para construir a Quarta Internacional com base nas teses da revolução permanente e do Programa de Transição. A Quarta Internacional nasce enfraquecida. Enfraquecida porque dezenas de milhares de militantes foram perseguidos, banidos e assassinados, inclusive León Trotsky.

Esse é um fato indiscutível. Era necessário construir a Quarta Internacional, mesmo com estas dificuldades, em meio a uma Oposição de Esquerda que havia sido destruída. Mas também estava enfraquecida devido a que as organizações que compunham a Quarta Internacional não se colocaram à altura do programa. Não estiveram à altura de construir a nova organização internacional. É necessário fazer um balanço do por que afirmamos que desde o CERQUI estamos reconstruindo a Quarta Internacional. Nos apoiamos nas quatro seções onde construímos um partido. E temos simpatizantes e apoiadores que reproduzem nossos materiais e que declaram sua simpatia. Temos de dar um passo na organização internacional, estender a Quarta Internacional. Mas é imprescindível fazer um balanço, um balanço dos motivos que impossibilitaram que a Quarta Internacional ocupasse o papel de direção que deveria ocupar.

A pergunta é: diante de toda esta barbárie em que estamos vivendo, das guerras, do desemprego, da miséria, dos ataques às conquistas e direitos da classe operária, como impedir, como enfrentar? E nós temos de dizer com toda clareza que a guerra e a barbárie só podem ser respondidas pela classe operária. Somente a classe operária pode parar a barbárie capitalista. E pode fazer isso com seus métodos, com sua organização e com sua direção. É por isso que é tão urgente resolver o problema da construção da direção internacional. Isso significa que temos de recuperar os sindicatos para os trabalhadores, as centrais sindicais. Que temos de dirigir os movimentos de luta anti-imperialista, temos de derrotar o imperialismo em toda parte. Afirmamos que a base para a reconstrução da Quarta Internacional é o Programa de Transição e a revolução permanente que passou no teste da história. E afirmamos também que o POR boliviano é uma referência inevitável. Passou no teste da história, porque comprovou a validade do seu programa, a validade de sua estratégia e de sua política.

A Bolívia experimentou muito cedo a crise da Quarta Internacional. Foi uma experiência amarga. A internacional considerava a seção mais importante era Bolívia. Estava espantada pelas Teses de Pulacayo, pelo bloco parlamentar mineiro, pelo trabalho do POR boliviano no seio das massas. Entretanto, qual foi a política da Internacional em face da revolução de 1952? Postulou que era necessário apoiar o MNR, inclusive que havia que fazer entrismo no MNR, que o POR devia se incorporar no governo. Esta foi a linha de Michel Pablo e da Quarta Internacional. E com essa política combateu a linha do POR boliviano. Nesse confronto se produziu a fratura do POR boliviano. Então, diante dessa primeira experiência com a Internacional, Guillermo dizia: bom, o Comitê Internacional era quem ia nos guiar, iria nos dar a resposta para os principais pro-



blemas, nos ajudar a intervir, no entanto, a direção internacional atuou contra a política revolucionária do POR boliviano. Por isso, é muito importante fazer um balanço das correntes que intervieram, que fizeram parte dessa política da Quarta Internacional. O POR se fraturou e emergiu claramente a linha de Guillermo Lora, uma linha internacionalista que consequentemente defendia a política proletária contra o MNR. Que se definia inicialmente diante do problema da expropriação das minas e da expropriação das terras em face da política do MNR. Dizia que para ganhar o governo havia que ganhar às massas; e para ganhar as massas o POR teria de intervir com sua política própria, de forma independente.

Esta foi a primeira derrota, a primeira grande derrota do pablismo. Do pablismo que afirmava que na Bolívia estava a sua seção mais importante. Aqui foi derrotado porque muito rapidamente se pôde comprovar que o MNR ia contra os interesses, as ilusões e as expectativas que as massas haviam depositado no governo burguês. (...)

Por que estamos fazendo esta reflexão? Porque é impossível reconstruir a Quarta Internacional sem fazer um balanço dessa experiência, do papel desempenhado pelas correntes revisionistas. Afirmamos que, para reconstruir a Quarta Internacional, é imprescindível reconhecer os 90 anos do POR boliviano e assimilar sua experiência. Não copiar o que foi feito e o que foi dito, uma vez que tudo está escrito, está documentado. Este é um grande mérito do POR e do Guillermo Lora. Está tudo escrito. Tudo pode ser criticado, tudo pode ser analisado porque tudo está publicado. Quando a camarada falava dos 70 volumes das Obras Completas, indicava que nelas encontramos tudo, ali estão as respostas do POR a todos os problemas nacionais e internacionais. Temos de estudar, temos de trabalhar e temos de fazer o balanço das políticas que estão concentradas nessa obra.

Um aspecto que é importante para nós é o de resgatar a ideia de que o POR é o partido programa. É o partido que cedo pôde testar o Programa de Transição. É-nos de grande importância as Teses de Pulacayo, que é a tradução do marxismo, a tradução do Programa de Transição, nas condições da luta dos mineiros da Bolívia. Como dissemos, nos anos 50 fizeram a experiência de enfrentar a direção internacional pablista. Nos anos 60 pôde caracterizar corretamente ao castrismo, foi capaz de caracterizar a revolução cubana muito corretamente, não 20 anos depois, mas quando estava acontecendo, quando a revolução cubana estava em andamento. E pôde também caracterizar corretamente o papel do foquismo, delimitar-se corretamente, confrontando-o e reivindicando, ao mesmo tempo, as guerrilhas, o papel das guerrilhas na história, diferenciando-a do foquismo pequeno-burguês. Nos anos 70, o POR teve um papel proeminente na Assembleia Popular, o primeiro "soviète" da América Latina. Quantas lições! Quanta elaboração! Quanto trabalho! Quanta aprendizagem! E nos anos 80 outro fenômeno apareceu: o POR teve de dar conta e enfrentar as correntes democratizantes que saíram em defesa da democracia, confundiam as liberdades democráticas com a democracia. Teve de responder aos partidos que começaram a falar não mais do partido revolucionário ou partido operário ou partido bolchevique, mas sim de partidos dos trabalhadores. A estratégia da classe operária não era mais a ditadura do proletariado nem o comunismo. A estratégia dos partidos passou a ser governo dos trabalhadores ou assembleia constituinte, com isso ficaram completamente diluídas as ideias centrais do marxismo. E, em face do surgimento, mais recentemente, do fenômeno do indigenismo, pôde assinalar que o indigenismo acabaria se submetendo ao poder dos exploradores e do imperialismo. Muitos pensaram que era um movimento libertador, que iria realmente transformar a Bolívia. E o Partido foi capaz de caracterizar corretamente que não havia nenhuma possibilidade de conciliar a grande propriedade com a pequena propriedade. Nessa contradição, iria se impor a grande propriedade e que não resolveria nenhum dos principais problemas da Bolívia. E que o governo indigenista iria se aliar aos setores da burguesia e da oligarquia, iria dar as costas aos setores originários mais oprimidos.

Isto é muito importante. Este tipo de delimitação. Porque todo um setor da esquerda trotskista chamou a confiar e a votar em Evo Morales e no MAS. Da mesma forma, chegaram a votar em Boric no Chile, Castillo no Peru, Haddad e Lula no Brasil. Aquelas correntes que no passado criticaram o POR dizendo que havia apoiado o MNR, no presente apoiam Boric, Castillo, Lula e Haddad. Nas últimas eleições na Argentina, não se atreveram a dizer que não deveríamos votar por Masa. Que não havia que votar nem em Milei nem em Masa. Por quê? Por que Masa era outro agente do imperialismo. E se extraviou. A esquerda perdeu o norte. Nós, pelo contrário, pudemos afirmar que o conceito de partido bolchevique, de partido de quadros, baseado num programa, baseado na política proletária, iria perdurar e que esse partido não capitulou diante de todas estas pressões às quais toda a esquerda foi submetida.

Por último, nós dizemos que o CERQUI existe porque existe o POR boliviano. Porque as organizações de que viemos, do PO, que tinha relações com o POR boliviano, quando entramos em crise, buscamos a referência do POR, buscamos a referência de Guillermo Lora. O POR argentino existe por causa disso. No final dos anos 60, a organização Política Obrera da Argentina se vinculou ao POR de Bolívia e se incorporou à luta internacional, ao Comitê Internacional e depois ao CORQUI, junto com a OCI da França. Essa experiência durou até 1979, quando ocorreu o rompimento com o CORQUI, com a ruptura com a OCI. O PO continuou trabalhando com o POR boliviano e criaram a TQI – Tendência Quarta Internacionalista. Isto durou poucos anos, mas foi muito importante porque houve um grande processo de elaboração política naquela época. Mas o Política Obrera decidiu se dissolver no Partido Obrero, adotando a política eleitoralista, contrária à que se havia definido no CORQUI.

O trabalho internacionalista do POR boliviano foi muito importante. Na Argentina, nós sabíamos mais sobre a história da Bolívia do que sobre a da Argentina. Conhecíamos em detalhes a da Bolívia, mas não a da Argentina, porque não se formulava em nível programático, em nível da história. A crítica política que Guillermo Lora fez a esse processo de Perón na Argentina em 1984 teve um enorme valor para nós. Quando ocorre a ruptura do PO, nós dissemos que, em 1984, um boletim de Guillermo Lora dizia que Altamira e o PO iriam acabar como os morenistas. Que um partido não pode renunciar ao seu nome, não pode renunciar à sua tradição, não pode renunciar ao seu programa, não pode renunciar aos seus estatutos para se dissolver no legalismo. Esta crítica precisa, implacável, feita por Guillermo Lora ao PO, serviu-nos de referência quando da nossa ruptura, fez com que procurássemos o POR, procurássemos Guillermo Lora, porque com ele havíamos que trabalhar.

Por último, esta experiência que vivemos na Argentina foi a mesma que vivemos há pouco tempo atrás no Brasil, no Uruguai, no Chile. Pudemos então confirmar rapidamente que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta não foi um trabalho conspirativo. Foram as ideias, foi o programa, foi a luta implacável de tantos anos que fizeram o trabalho para que buscássemos nos relacionar com o POR da Bolívia. Este é o valor das ideias. Este é o valor do programa, dos princípios encontrados no programa. Não é como dizem a burguesia e seus ideólogos, como dizem alguns esquerdistas modernos ou pós-modernos, que nossas ideias são velhas, estão ultrapassadas, que o mundo mudou, que a luta pela revolução e pela ditadura do proletariado não pode ser repetida. Que não podemos mais falar sobre o comunismo. Nós afirmamos todo o contrário. Este Partido, estas ideias, este programa é o futuro da humanidade, o futuro socialista. Caso contrário, acabaremos afundados na barbárie.

Viva os 90 anos do POR boliviano! Viva! Viva Guillermo Lora! Viva! Viva o CERQUI! Viva! Viva o Comunismo! Viva!

Obrigado camaradas."

La Paz, 11 de julho de 2025

Observação: No próximo Jornal Massas, daremos continuidade às transcrições.

Publicamos abaixo a transcrição da entrevista realizada pelo POR da Argentina com a presença do camarada Clovis, da seção brasileira, sobre a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã.

● Irã tem direito a se defender do ataque norte-americano?

Programa “A revolução, uma discussão necessária”, do POR argentino no Youtube em 5 de julho de 2025.

Apresentadora: Boa noite, companheiras e companheiros, estamos mais uma vez numa edição do programa do POR “A revolução, uma conversa necessária”. Hoje tratamos de um tema muito importante que é a intensificação das tendências militares em nível internacional e do ataque dos Estados Unidos ao Irã. Para isso, é claro, estamos como sempre com Ramón, mas hoje temos um convidado: o companheiro Clóvis. Como está?

Clovis: Muito bem, obrigado.

Apresentadora: O companheiro Clóvis é militante do Partido Operário Revolucionário do Brasil e nós o convidamos particularmente porque, embora haja uma declaração do CERQUI, os companheiros brasileiros sempre prestam atenção especial à situação política internacional. Então, queríamos pedir a você que explique aos companheiros que estão assistindo a este programa qual é a posição do POR sobre o ataque dos EUA ao Irã? (...)

Clovis: Nossa posição é a do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional), de denúncia contra o ataque norte-americano ao direito à autodeterminação da nação oprimida. Este é o primeiro aspecto importante que se manifesta neste conflito. Particularmente, no ataque ao Irã. Claro, isto no contexto da ofensiva geral contra os palestinos e, mais amplamente, também contra todos os movimentos que reagem ao imperialismo em várias partes do mundo. Não está desconectado do conflito na Ucrânia nem da guerra comercial, principalmente com os chineses.

Particularmente, há um questionamento que a imprensa burguesa reproduz, ecoando o que o imperialismo formula para justificar a brutalidade que está perpetrando, no caso do desenvolvimento do programa nuclear do Irã, quer dizer, se o Irã estivesse realmente desenvolvendo sua tecnologia para construir uma bomba atômica, a agressão seria justificada. Basicamente, essa é a posição do imperialismo norte-americano, do imperialismo europeu e da imprensa burguesa.

Apresentadora: De fato, a agressão foi apresentada como um passo em direção à estabilidade internacional, em direção à paz.

Clovis: É nesse ponto onde a posição do CERQUI se distingue ao afirmar claramente que o problema do programa nuclear ou do desenvolvimento da capacidade iraniana para chegar a uma arma nuclear, assim como a de qualquer outro país atrasado, é um direito do povo iraniano. E, desse ponto de vista, nossa posição, expressa em nossos materiais, é a da defesa incondicional do Irã contra a agressão norte-americana. Esse é um aspecto. Além disso, existem outros elementos, que considero importante debatermos nesta discussão, decorrentes do papel que o Irã desempenha no contexto dos conflitos no Oriente Médio, uma vez que, de fato, somente o Irã está efetivamente defendendo os palestinos contra a agressão que ocorre na Faixa de Gaza. E isso tendo claro que o Irã não é árabe, é uma nação persa. Agora, os países árabes, à exceção dos houthis do Iêmen, estão amarrados ao imperialismo norte-americano. Por isso, a resposta que o Irã deu durante estes dias de combate contra Israel penetrou profundamente nas massas árabes e de todo o mundo, porque demonstrou que a suposta invulnerabilidade de Israel era uma fantasia. É uma fantasia e creio que isso, num futuro próximo, permitirá outras manifestações alternativas.



Apresentadora: Agora há duas controvérsias. Por um lado, os grupos que lutam pela paz em geral, os pacifistas, postulam que se deve buscar o fim da guerra, que se deve buscar a paz. Até entre setores que se mobilizam em favor dos palestinos em Gaza consideram polêmico apoiar a paz, mas ao mesmo tempo apoiar um país que poderia ter algum tipo de armamento nuclear. Por outro lado, há outra controvérsia em relação à caracterização do governo iraniano. Porque aparece na imprensa burguesa uma luta entre governos democráticos contra um governo autoritário, uma teocracia neste caso.

Clovis: A possibilidade da “paz” não pode ser colocada em abstrato. A paz de Trump significa os palestinos aceitarem a sua desapareção do mapa, a sua extinção. Implica que o Irã renuncie à sua soberania, como quer Trump. Nós também somos a favor da paz, mas temos clareza de que o que provoca as guerras é a crise do imperialismo. O capitalismo, na sua lógica, por suas leis imanentes, leva necessariamente a situações de conflitos armados. De modo que uma paz duradoura somente seja possível com a liquidação da opressão nacional e do capitalismo. Não há outra alternativa. A história mostrou muitas vezes, principalmente a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram exemplares, instrutivas, mostraram isso com muita clareza. E, hoje, a crise também está levando a um tipo de conflito mais generalizado. De modo que o problema da paz, como nós entendemos, significa a liquidação da opressão nacional imposta pelo imperialismo e a liquidação do capitalismo.

Agora, com relação ao problema do direito do Irã a ter o seu programa nuclear, inclusive com a possibilidade de chegar a fabricar uma bomba nuclear, isso é um problema dos iranianos. Quem tem de resolver essa questão são os iranianos. Quem tem de resolver acerca do regime iraniano – se o regime iraniano é democrático ou não – são os iranianos. Entendemos que neste conflito nossa solidariedade é incondicional ao Irã. E defendemos inclusive seu direito a ter seu armamento nuclear. E vejam que até os ideólogos e propagandistas do imperialismo entendem que, se há algo que dissuade a escalada de um conflito, é precisamente ter um armamento capaz de responder a um ataque nuclear. Evidentemente, há um processo em que o imperialismo quer escalar contra a Rússia e contra a China, mas o desenvolvem com o maior cuidado devido a que Rússia e China são potências

nucleares. Cuidado que não precisam ter com as nações atrasadas que não têm essa condição. De modo que os próprios ideólogos burgueses reconhecem que possuir um determinado arsenal nuclear é um elemento de dissuasão, é um elemento que impede uma escalada de modo arbitrário. Nós defendemos o direito à autodeterminação do Irã e seu direito a ter seu programa nuclear, incluindo o seu armamento nuclear.

Apresentadora: A partir disso surgem duas questões que eu queria perguntar a qualquer um de vocês. Em primeiro lugar, digamos que este não é um fato novo na história, ou seja, o ataque do imperialismo contra uma nação oprimida. E, em segundo lugar, citando John Reed, quando lhe perguntaram qual foi a causa da guerra, respondeu: o lucro. Queria perguntar a vocês, quais são as causas das tendências bélicas que cada vez, em vez de serem resolvidas – como foi a promessa de Trump – permanecem e afetam inclusive o povo norte-americano. Eles sofrem as consequências das tendências bélicas, na forma de cortes do orçamento, ou na situação de terem de enviar os fuzileiros navais que têm de ir para a guerra em outros lugares. Em outras palavras, isso gerou uma crise interna também no coração do imperialismo. Quais as causas dessas tendências bélicas que, em vez de seguirem em direção a um caminho de paz, alimentam as guerras? A imprensa hegemônica postula “causas” que são superficiais, como questões religiosas ou culturais etc. Quais são as causas dessas tendências bélicas que estão se aprofundando cada vez mais? (...).

Ramón: Sim, temos uma experiência prática na Argentina. Quando foi a Guerra das Malvinas, tínhamos a ditadura de Galtieri, uma ditadura feroz contra o povo argentino. E naquele momento também ocorreu uma discussão, principalmente com setores da esquerda na Europa que tinham a ideia de que a Argentina não deveria ser defendida porque havia uma ditadura, havia uma ditadura genocida. E nós lutamos contra toda essa esquerda, argumentando que a Argentina tinha de ser defendida incondicionalmente e que o imperialismo britânico tinha de ser confrontado em todas as áreas. Não importava se havia um regime na Inglaterra que pudesse ser democrático. Isto é o que Clovis acabou de dizer: é um país opressor invadindo, fazendo uma guerra a um país oprimido, para ocupar as Malvinas que pertencem à Argentina há mais de 150 anos. Este é o exemplo mais próximo e mais brutal que temos em nossa própria história. Então, naquela época, o que foi posto era a luta contra o imperialismo.

O imperialismo, como Clovis acabou de apontar, pisoteia a autodeterminação do Irã, pisoteia a autodeterminação de todas as nações, porque na base desta guerra ou destas tendências bélicas que estão se desenvolvendo está a decomposição do capitalismo. O capitalismo não tem saída. A guerra comercial que Trump agravou nos últimos meses contra a China e a Europa provocou um caos maior na economia mundial. Ele disse que ia parar a guerra na Ucrânia, que ia parar a guerra em Gaza, que iria intervir, mas não pôde. As tendências bélicas são mais fortes, são mais poderosas porque nascem da decomposição do capitalismo.

Então, qual é a resposta? A resposta, como estava dizendo Clovis, se manifestou na forte reação do Irã, que provocou um entusiasmo e uma mobilização, especialmente entre os povos do Oriente Médio, que se chocam com seus governos, que são governos subservientes ao imperialismo. Foi notável a mobilização no Iraque. Um povo que no passado foi arrastado a uma guerra contra o Irã, saiu às ruas em massa para mostrar solidariedade com o Irã. Porque estavam vendo uma resposta mostrando, como dizia Clovis, que Israel não era invulnerável, que aquele famoso escudo de ferro, que impedia todos os ataques, era vulnerável, que os mísseis hipersônicos do Irã poderiam penetrar e golpear em Haifa e em Tel Aviv e em lugares muito precisos do Estado. Então esse mito de que Israel não era militarmente vulnerável foi demolido. Agora, o mais importante para nós é a resposta popular, a resposta das massas em todos os países. Há que enfrentar o imperialismo,

e a melhor ajuda que podemos dar ao Irã, a melhor ajuda que podemos dar ao povo palestino que está sendo massacrado é a resposta das massas. A unidade anti-imperialista das massas contra os governos que sustentam o genocídio na Faixa de Gaza e o ataque no Irã.

Aqui há um ataque a uma nação, uma agressão terrorista por parte dos Estados Unidos, lançando as bombas mais terríveis sobre as plantas nucleares do Irã. Essa foi uma agressão terrorista, e temos de ser claros: o imperialismo enviou bombardeiros desde os Estados Unidos carregados com bombas poderosas para atacar diretamente as bases nucleares do Irã, o que poderia produzir um desastre terrível. E mais ainda, alertando para que os moradores da capital evacuassem Teerã, para não sofrerem as consequências que provocariam os ataques. Anteriormente, Israel assassinou generais, cientistas, membros do governo e ameaçou com o aviso de que haviam detectado onde estava a Autoridade Suprema do Irã e que poderiam assassiná-lo. Foi uma ameaça aberta e descarada contra um país oprimido. Isso é muito importante porque mostra qual é o papel de gendarme dos Estados Unidos, que está tentando recuperar sua hegemonia plena para impor as regras deles ao mundo. E isto tem de ser feito por meios militares.

Então, o imperialismo recorre à guerra comercial, às ameaças de guerra e à própria guerra para tentar dobrar os países que querem resistir. Isto é muito importante. Como isso impactou as massas ao redor do mundo, porque notamos que nas últimas semanas houve uma resposta crescente na Europa e em todo o mundo contra o ataque dos Estados Unidos ao Irã. E esta é a melhor garantia. Temos de chamar os sindicatos, os partidos que se reivindicam da classe operária, da luta anti-imperialista, a ganharem as ruas. Exigir dos sindicatos e das centrais sindicais que mobilizem as massas para bloquear a ajuda militar e financeira a Israel. Há que bloquear os carregamentos de armas. Temos de sabotar as empresas israelenses e norte-americanas que estão por trás desta guerra, porque são dezenas e dezenas de milhares de mortos em Gaza, somente nesses últimos meses. É um massacre.

Apresentadora: Claro, essa é também uma pergunta que eu queria fazer a vocês porque obviamente há mobilizações muito grandes em diferentes partes do mundo, também no mundo asiático e árabe. Ou seja, não só mobilizações na América do Sul, mas também na Europa, nos próprios Estados Unidos houve enormes mobilizações que também estão sendo reprimidas. (...) Agora, a questão é como parar a guerra? Por isso que eu queria perguntar sobre uma questão chave. As situações de guerra têm sido importantes para a discussão sobre a ausência do partido internacional. (...) Como se vincula este problema com as grandes mobilizações (...). Mas, parece que ainda falta a intervenção concreta da classe operária, não é?

Clovis: Sim, esse é o ponto chave. Porque a força social que está faltando neste conflito é a classe operária. Da mesma forma que nas vésperas da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, os grandes dirigentes da classe operária Lênin, Trotsky etc., sempre defenderam, diante da expansão do conflito que estava por vir, que o elemento decisivo que poderia mudar o curso quase inevitável para uma conflagração mundial seria a intervenção independente da classe operária contra suas respectivas burguesias, contra suas respectivas classes dominantes para desarmar os motivos da guerra. Como disse Ramón, a guerra é a expressão da crise capitalista, ou seja, uma crise de superprodução, que implica capitais monumentais que estão chegando num ponto de quebra, o que tem se adiado artificialmente (...) Mas tudo isso tem um limite, e a burguesia sabe disso. Como se resolve a questão do ponto de vista do capitalismo? Destruindo forças produtivas. E as guerras são a melhor maneira para destruir forças produtivas. Agora, esse curso é quase inevitável. Só pode ser barrado, pode ser interrompido, por uma intervenção da classe operária.

E mesmo que não exista ainda um Partido Internacional da classe operária, um partido que defende a revolução socialista mundial, que dirija a intervenção das massas, isso não significa que as massas não se levantem. Há uma tendência para as massas se levantarem, em que pese as suas direções, em geral, estarem vendidas às diversas orientações burguesas. A gente percebe aqui no Brasil, quando defendemos a organização da mobilização, em defesa da Palestina contra o imperialismo, como é difícil conseguir que os sindicatos, por exemplo, se mobilizem, participem da luta. Mas por quê? Porque os sindicatos em geral e as centrais sindicais, no Brasil, são dirigidos por correntes integradas ao funcionamento da institucionalidade burguesa. São aparatos eleitorais dos partidos que estão no parlamento, e, no conflito, implementam uma política de não criar problemas para o governo Lula. Eles falam que vão cuidar da governabilidade, ou seja, não ferrar o governo Lula. (...) E, do outro lado, temos correntes de esquerda, minoritárias, que dizem, “defendemos o Irã, mas somos contra o Irã ser uma teocracia, defendemos o Irã, mas somos contra a opressão das mulheres”. Sim, é claro que somos contra as teocracias, somos contra a opressão das mulheres, mas não é disso que se trata na situação em que os Estados Unidos bombardeiam o Irã. Aqui, não é um conflito entre a democracia e o fascismo, ou o que quer que seja o autoritarismo. Aqui é o conflito é de um país imperialista que oprime o planeta inteiro contra uma nação atrasada e oprimida. E nesse caso não há dúvida nenhuma! Temos de defender incondicionalmente o Irã.

Agora, voltando à questão. Os grandes dirigentes históricos da classe operária já formularam que a única saída progressiva possível é quando as massas se levantam contra suas respectivas burguesias. Acho que há elementos que mostram que isso é possível, como Ramón apontou, por exemplo, diante da mobilização dos iraquianos em apoio ao Irã. Mas não são os únicos. As massas em todo o mundo estão buscando formas de sair para a rua, sair para o combate, para defender suas posições e aí se manifesta claramente também uma perspectiva internacionalista em defesa da nação oprimida, neste caso o Irã e os palestinos.

Apresentadora: Muito obrigado Clovis. Ramón, não sei se você quer acrescentar alguma coisa?

Ramón: Sim. Tudo isso que Clovis estava dizendo é central e necessário porque há uma vontade das massas de resistir, de se mobilizar para parar esse genocídio, mas as lideranças políticas e sindicais não estão à altura da tarefa. Então, evidentemente, essa luta está fazendo tropeçar alguns governos que, pelo menos em palavras, se distanciam e afirmam condenar o regime israelense. No entanto, não podem tomar nenhuma medida prática. A única garantia é que as massas efetivamente executem uma política de boicote e choque contra as empresas e defendam a ruptura total das relações com Israel. O que tem de ficar claro é que Israel é que exerce o terrorismo, não apenas contra o Irã, mas também atacando o povo palestino sem piedade, o Iêmen, a Síria e o Líbano. Ataca qualquer lugar em que possa se expandir e impor sua dominação. Esta política é uma política agressivamente terrorista por parte do Estado de Israel. Essa é a função que deve cumprir Israel a serviço dos Estados Unidos: ser o fiador de sua política no Oriente Médio. Tem de dobrar política e militarmente todos os governos.

Não basta que a Arábia Saudita, o Qatar e o Egito tenham uma atitude complacente em relação ao governo. Há que esmagar o Irã porque parece ser o setor que mais radicalmente defende a questão nacional no Oriente Médio. Então há que esmagá-lo. Não pode deixar nenhum sintoma de rebelião por parte dessa nação, é por isso que é tão importante defender o Irã sim, como disse no início, Clóvis, sem nenhum tipo de condição. (...) Nem os Estados Unidos nem Israel têm o direito de impor aos iranianos como devem ser governados e, como Clovis disse no início, menos ainda se meter com seu programa nuclear. Eles têm o direito de desenvolver, até mesmo de ter sua bomba atômica. (...) Ocorre que Israel, que reclama sempre de ser ameaçado, tem um arsenal atômico incrível e não tem nenhum tipo de controle internacional.

Então, as tendências à decomposição capitalista estão empurrando a humanidade à barbárie, podem levar à Terceira Guerra Mundial. Este ataque que os Estados Unidos fizeram ao Irã é extraordinário. É um ponto de inflexão. E, na Argentina, estamos em piores posições, pois temos um governo que se solidariza explicitamente com Israel, com seu governo, com o ataque contra o Irã e se solidariza com a intervenção dos Estados Unidos. Ou seja, é muito importante que as massas em sua luta contra o regime de Milei também levantem a questão de que devemos romper com os EUA e com Israel, e declarar plena solidariedade com o Irã e com o povo palestino. A imprensa espalha a ideia de que criticar e confrontar Israel é antisemitismo. Justamente, para nós, é combater o sionismo, que é a expressão desse terrorismo de direita que está esmagando o povo palestino e ameaçando o povo do Irã, ou seja, por trás da máscara do antisemitismo está escondida a farsa de que não podemos criticar, não podemos confrontar, não podemos denunciar a política genocida de Israel.

Apresentadora: Obviamente é uma questão muito profunda que tem muitas arestas, mas queríamos fazer este programa especial porque estamos passando por décadas de guerras no Oriente Médio. (...) Agradecemos a Clovis, não sei se você quer dizer algo para encerrarmos o programa.

Clovis: Creio que é importante ressaltar que – sem atenuar nada a nossa posição de solidariedade à nação oprimida iraniana e defender seu direito à autodeterminação e a todo seu programa nuclear – o CERQUI não se furta e não esconde sua posição em geral nos conflitos do Oriente Médio e defende que a solução é a revolução social e, em particular, a defesa que fazemos da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Acho que essa também é uma questão importante que o CERQUI sempre levanta quando se discute o problema da Palestina, o problema do Irã e qualquer outra agressão a um povo oprimido. A saída é a constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esta bandeira não se opõe à defesa incondicional da nação oprimida, mas excede as expectativas dos diversos nacionalismos. O regime iraniano é um regime nacionalista. Em todo o Oriente Médio existem tendências nacionalistas. O Hamas é um agrupamento nacionalista. Nós somos solidários com o Hamas contra Israel, mas continuamos afirmando que a superação do quadro atual passa pela constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

LANÇAMENTO!**PALESTINA**

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40**PALESTINA**
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SEMPRE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA, PODERÃO DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS.

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

R\$ 30**Abraham Leon**
A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Posição da LIT-QI/PSTU em relação ao Irã

É tarefa permanente dos revolucionários analisar, discutir e criticar as posições das demais correntes que se reivindicam do marxismo e, em particular, do trotskismo. Sabemos que o esfacelamento da IV Internacional depois da morte de Trotsky aprofundou a crise de direção do proletariado, já anunciada desde meados dos anos 1930. A tarefa de responder às demais correntes políticas é parte da luta pela superação da crise de direção. O PSTU é a seção brasileira da LIT-QI (Liga Internacional de Trabalhadores - Quarta Internacional), que reúne partidos de diversos países. Tem orientação política morenista (Nahuel Moreno), mais uma das correntes que se originou do esfacelamento da IV Internacional.

Em uma nota de 15 de junho, com o título, “Repudiamos o ataque israelense ao Irã e apoiamos o contra-ataque iraniano”, a LIT expõe os acontecimentos recentes de forma jornalística, sem apresentar uma resposta política clara, muito menos uma análise do ponto de vista de classe. Depois de um longo relato dos acontecimentos, apresenta o seguinte posicionamento: “Em relação ao tema central deste artigo, condenamos esta nova agressão do Estado sionista contra o Irã e apoiamos seu contra-ataque em território israelense. Fazemos isso porque é uma expressão da luta dos povos árabes e muçulmanos contra o enclave militar do imperialismo, o Estado de Israel, que só pode se manter por meio de agressões e ataques militares permanentes. Neste conflito, estamos no campo militar do Irã e contra o Estado sionista. Ao mesmo tempo, mantemos nossa completa independência política em relação a essa ditadura burguesa.”, e defende finalmente uma “nova primavera árabe” para derrubar os governos nacionalistas. “Uma revolução que deve ‘passar por cima’ dos governos da Jordânia, Egito e Síria.”, sem, no entanto, discutir o problema da crise de direção que afeta o proletariado do mundo inteiro. Em outras palavras, quem fará essa revolução? As massas espontaneamente podem cumprir essa tarefa? Na prática, nesta nota, a LIT não expressa qualquer orientação concreta para as massas, tampouco faz a defesa incondicional do Irã que estava naquele momento sob ataque. De passagem, é preciso mencionar que os redatores gastaram muitas linhas para caracterizar o regime reacionário do Irã, antes de fazer sua defesa. Diante de qualquer agressão imperialista a uma nação oprimida, não está em consideração o tipo de regime ou de governo.

Em 19 de junho, publicamos outra nota, com o título “Tirem as mãos do Irã”, onde expressamos o posicionamento correto de que a vitória sobre o Irã “é uma prioridade maior para os imperialistas do que o genocídio em Gaza.”, embora o redator não tire as conclusões que essa ideia implica, ou seja, a necessidade de se levantar um movimento de defesa incondicional do Irã, como base fundamental para a defesa da Palestina. Pelo contrário, o redator encaminha a nota no sentido de atacar o regime iraniano, “Embora a agressão israelense tenha forçado o Irã a se defender das forças do imperialismo, a República Islâmica do Irã não é uma aliada de princípios da libertação política em geral, ou mesmo da Palestina em particular. Embora líderes religiosos iranianos tenham consistentemente oferecido apoio retórico à libertação palestina, eles apoiaram o regime de Assad na Síria, que reprimiu brutalmente os palestinos no exílio, tolerou silenciosamente a ocupação sionista das Colinas de Golã e colaborou com o imperialismo americano em sua ‘guerra ao terrorismo’, facilitando ‘rendições extraordinárias’ (detenções prolongadas e tortura) em seu território. No Iraque, coordenaram e colaboraram diretamente com os Estados Unidos para bombardear o país até a submissão e reforçar a divisão sectária. Na Ucrânia, apoiaram o imperialismo russo, fornecendo armas ao arsenal russo. E, internamente, massacraram esquerdistas e reprimiram ferozmente mulheres e minorias étnicas.”

Notam-se as posições errôneas em relação à Síria, propagando a ideia de que a derrubada do regime de Assad foi progressista, e, em relação à guerra na Ucrânia, condenando a Rússia e defendendo que a Ucrânia se arme com quaisquer armas, na prática a defesa do armamento pelo imperialismo, tornam a resposta em relação ao Irã um verdadeiro novelo de ideias truncadas, não oferecendo assim uma orientação política clara à classe operária e aos demais trabalhadores.

Já na nota conjunta, “Condenamos o ataque sionista-americano contra o Irã! Defendamos o Irã!”, de 23 de junho, assinada pela LIT-QI, Unidade Internacional de Trabalhadoras e Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI) e Corrente Comunista Revolucionária Internacional (CCRI), os morenistas se aproximam da questão nuclear sem, no entanto, tirar suas conclusões. Relatam que os EUA realizaram um ataque às estruturas de enriquecimento de urânio do Irã. Condenam o ataque, mas não defendem que o Irã tenha o direito de realizar o enriquecimento de urânio para o que bem entender, seja para usinas, seja para as bombas. Sem essa conclusão, aceita-se implicitamente o monopólio do arsenal nuclear, bem como o poder do imperialismo de decidir sobre quem pode ou não ter as tais armas.

Depois de fazer críticas ao regime dos Aiatolás, escrevem: “O caminho para a vitória contra os agressores sionistas/imperialistas passa pelas massas árabes e muçulmanas que apoiam a Palestina em sua luta contra o Estado de Israel realizarem uma nova Primavera Árabe. Ou seja, uma revolução que enfrente seus próprios governos reacionários na região.” Destaca-se, nesta nota, a ausência do conteúdo de classe, a ausência da defesa de uma luta independente da burguesia, e da necessidade de formação do partido revolucionário na região e da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, como forma de responder de conjunto às ações do imperialismo.

O PSTU, através da LIT, não vai tão longe como o MRT que, diante da ofensiva do imperialismo sobre um país semi-colonial, levantou a bandeira de nem um, nem outro. Mas na prática, ao recheiar todas as suas notas com fartas críticas ao Irã, se colocam na prática no mesmo terreno do MRT. Essa afirmação se fundamenta quando observamos que o PSTU não organizou nem defendeu nenhuma manifestação de rua em apoio ao Irã.

No dia 01 de julho, a LIT soltou uma nova declaração: “Sobre a guerra dos EUA e Israel contra o Irã e as suas consequências”, onde apresenta um balanço parcial da guerra. Inicia com o subtítulo “Uma ofensiva imperialista-sionista... da qual o Irã não sai derrotado”, onde apresenta novamente os fatos até então. O relevante dessa declaração é que apresenta, pela primeira vez, ao menos nesse período, um posicionamento em relação às armas nucleares, eis: “Somos contra todas as armas nucleares porque elas têm o poder de tornar o planeta inabitável e destruir a humanidade. Mais ainda na atual situação de crise ambiental. Não queremos que essas armas estejam nas mãos dos governos burgueses, sob o controle da burguesia mundial. Mas, ao mesmo tempo, é uma expressão brutal de imposição imperialista a defesa de sua exclusividade em ter armas nucleares. Defendemos o direito do Irã de se defender, tendo também essas mesmas armas nucleares.” É de fato impressionante que o PSTU tenha, finalmente, chegado à defesa do armamento nuclear do Irã, apesar de enfraquecer essa mesma defesa apontando para o problema ambiental. Nenhuma outra nota trata desse assunto. A declaração conclui com o seguinte conjunto de bandeiras: “Pela derrota do imperialismo norte-americano e de Israel!; Pela vitória do Irã contra o ataque norte-americano e sionista!; Pela vitória da Palestina contra o genocídio sionista! Pela derrota de Isra-

ell; Boicote e rompimento das relações econômicas e políticas dos governos com Israel!; Por uma nova primavera árabe, que derrube os regimes da região submetidos ao imperialismo, como o Egito e a Jordânia, e possibilite o apoio militar à resistência palestina!; Nenhuma confiança política no regime dos aiatolás! Todo o nosso apoio às lutas dos trabalhadores e das mulheres contra a ditadura burguesa iraniana! Em defesa das liberdades democráticas dentro do Irã!; Pela unidade das lutas de libertação nacional da Palestina, Ucrânia e Irã, contra os sionistas e imperialistas.; Pela destruição do Estado de Israel! Palestina livre, do rio ao mar!” Essa linha é a negação da defesa incondicional do Irã contra o ataque imperialista e do direito de decidir por conta própria sobre a bomba atômica.

Em uma nota mais recente da LIT, de 9 de julho, com o título “O significado da guerra de Israel e Trump contra o Irã”, assinada por um militante do PSTU, a organização não entrega aquilo que promete no título, expor o significado dessa guerra. Trata-se de uma nota jornalística, que relata fatos já amplamente conhecidos e não oferece nenhuma resposta política ao problema do Irã. A forma que o redator encontrou de concluir a nota sem apresentar uma resposta política em relação ao Irã, foi desviar o tema para a Palestina. Criou um subtítulo relacionado à Palestina no final e concluiu com bandeiras relativas ao genocídio em Gaza, sem, no entanto, mencionar o Irã. Esse tipo de manobra é típica do centrismo.

Eis: “O PSTU faz um chamado à classe trabalhadora e à juventude para redobrar a pressão para que o presidente Lula passe das

palavras às ações e rompa todas as relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado de Israel, ampliando o isolamento do monstro sionista. A manutenção das relações com o Estado assassino torna o Brasil cúmplice do genocídio, o que é inaceitável. A ruptura de relações é um importante passo para isolar os sionistas, pôr fim ao genocídio e apontar para a única solução justa que é o fim do Estado de Israel e a formação de uma Palestina livre, laica e democrática do rio ao mar, como parte da luta por uma Palestina socialista em uma federação de países árabes socialistas.” Como se vê, essa conclusão não diz respeito à promessa de revelar “o significado da guerra de Israel e Trump contra o Irã”. Aqueles que pretendem dirigir o proletariado e a maioria oprimida para a revolução proletária não podem se furtar em dar respostas claras de classe, como a defesa incondicional do Irã, inclusive de seu armamento nuclear.

Já no site do PSTU, pouco se encontra sobre o Irã. Salve engano nosso, são duas notas da LIT já mencionadas neste artigo. Não existe qualquer divulgação que convoque a militância e os trabalhadores a defenderem o país atacado pelo imperialismo. A ausência de programa está na base da resposta vacilante dos centristas em geral, e do PSTU em particular. As bandeiras e defesas que são feitas pelas organizações devem se manifestar na prática, no chão da luta de classes, o que não temos visto por parte das esquerdas no Brasil em relação ao Irã.

80 anos da criação da bomba atômica

Na fase imperialista do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas se voltam contra a humanidade

A questão da energia nuclear e das bombas nucleares voltou à discussão pública com toda força nas últimas semanas. Isso porque os ataques dos EUA e Israel ao Irã tiveram como justificativa que o país persa estava construindo a bomba atômica, de forma que o seu programa nuclear deveria ser eliminado. Isso quando os EUA e o Irã estavam em negociação sobre um possível acordo. Os EUA, ao lado da Rússia, são os maiores detentores de ogivas nucleares do mundo. O imperialismo norte-americano foi o primeiro a testar e usar esse tipo de arma em uma guerra. Desde então, hipocritamente, os Estados Unidos são a potência que controla a produção e, em última instância dita regras à posse dessas armas por outros países.

Nesta semana, completam-se 80 anos do primeiro teste com uma bomba nuclear, feito pelos EUA no deserto do Novo México, em 16 de julho de 1945. Três semanas depois, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ordenou o lançamento de duas bombas atômicas, Little Boy e Fat Man, sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão. O ataque matou mais de 200 mil pessoas, parte delas instantaneamente, outra parte ao longo daquele ano, por consequência dos graves ferimentos da explosão.

Atualmente, existem aproximadamente 12 mil ogivas nucleares no mundo em posse de 9 países. Rússia e EUA, com aproximadamente a mesma quantidade, somam em torno de 10 mil ogivas, seguidos pela



China, com 600, França (?), Reino Unido, 225, Índia, 180, Paquistão, 170 e Israel, 90. No caso de Israel, embora esse número não seja confirmado oficialmente, as pesquisas apontam a capacidade em termos de matéria-prima para possuir até 190 bombas. Estima-se que a Coreia do Norte detenha entre 30 e 50 ogivas. Esse número total já foi bem maior durante a guerra fria, quando parte desses países possuía dezenas de milhares de artefatos desse tipo. Mas, para entender como se chegou a essa situação, é preciso retomar ao menos o ano de 1933.

Do ponto de vista da física, foi em 1933 que se chegou a uma teoria mais acabada da utilização da energia nuclear, já investigada desde o final do século XIX. É útil perceber que se trata do mesmo ano em que os nazistas chegaram ao poder na Alemanha e que a Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky, rompe com a tarefa de resgatar a III Internacional estalinizada e passa a defender a construção da IV Internacional. Devido ao contexto social e político que já indicava a possibilidade de uma conflagração mais ampla, a pesquisa nuclear avançou rapidamente. O Reino Unido e a Alemanha estavam à frente desse desenvolvimento. Em um processo contraditório, as forças produtivas da humanidade, impulsionadas pelo alto desenvolvimento da ciência e da tecnologia, mas enclausuradas pela propriedade privada e pelas fronteiras nacionais, gestaram em suas entranhas as guerras mundiais, que resultaram em ampla destruição das próprias forças produtivas.

A ideia central da energia nuclear é simples, alguns átomos pesados, como o urânio 235, são instáveis e buscam a estabilidade se dividindo em átomos mais leves. Mas a soma das massas desses átomos leves não é igual à massa do urânio inicial. A diferença é a massa transformada em energia segundo a famosa fórmula $E = m \cdot c^2$. Esse processo recebe o nome de fissão nuclear. Paralelamente às pesquisas sobre fissão nuclear, estava sendo desenvolvida a teoria da fusão nuclear, que implicava a fusão de átomos leves, liberando grandes quantidades de energia (é o mesmo processo que acontece com o Sol). Em 1952, os EUA testaram a primeira bomba de fusão (também chamadas de bomba H ou termonuclear), a Yve Mike, com 10,4 megatons, 500 vezes mais potente que a bomba de Nagasaki. Nove anos depois, em outubro de 1961, a URSS testou a arma mais poderosa que a humanidade já viu, a “Tsar bomba”, com 50 megatons, 3300 vezes mais forte que a bomba lançada sobre Hiroshima. Apenas para comparação, as alturas das nuvens em formato de cogumelo, que são características dessas bombas, atingiram 41 km no teste dos EUA e 65 km no teste da URSS, enquanto em Hiroshima foi de 16 km.

Em 1939 a Alemanha tentou comprar uma grande quantidade de urânio da Bélgica. Um grupo de cientistas tentou alertar o governo belga, mas como era formado de exilados nos EUA e com pouca influência política não obteve sucesso. Busca então Albert Einstein para intermediar. Einstein, também exilado nos EUA, acreditava que seria necessário primeiro alertar o governo estadunidense da possibilidade da Alemanha construir sua bomba atômica. Escreve assim a sua famosa carta ao presidente dos EUA, Franklin Roosevelt. Curiosamente, foi o burguês Sacks quem levou a demanda até as altas cúpulas do governo americano. Em setembro de 1939, começou a Segunda Guerra Mundial, pouco tempo depois os EUA iniciaram o projeto Manhattan e em menos de 5 anos já tinham superado a Inglaterra e a Alemanha (muito mais afetadas pela guerra) na construção da bomba. Construiu-se um parque industrial para o enriquecimento de urânio (separação do urânio do minério), tratamento de plutônio e produção final.

Em julho, as primeiras vítimas da arma mais poderosa que o ser humano já construiu conheciam seu poder, moradores locais de Los Alamos, no Novo México. A Alemanha já estava derrotada, mas o Japão, também derrotado, não se rendia. Depois de um ultimato, sem revelar a arma, no dia 6 de agosto de 1945, os EUA jogaram sobre a cidade de Hiroshima a primeira bomba atômica utilizada em um conflito. Três dias depois era a vez de Nagasaki, totalizando mais de 200 mil mortos nesses atentados. As bombas foram lançadas sobre o Japão, mas tinham o objetivo de colocar o mundo de joelhos, especialmente a URSS, que se tornaria a partir dali seu adversário principal, nos marcos da guerra fria.

Fruto dessa capacidade militar, reflexo de sua capacidade econômica, os EUA foram estabelecendo sua hegemonia mundial. A criação da ONU, em outubro de 1945, serviu (e serve) aos interesses do imperialismo. A partir daí, os Estados Unidos passaram a manejar a questão nuclear como expressão de sua hegemonia mundial, que se chocava com a subsistência e fortalecimento conjuntural da URSS. Em 1953, o presidente dos EUA Eisenhower realizou na ONU um longo discurso intitulado Átomos pela Paz, onde fomentou a criação de uma agência internacional de regulação da energia nuclear. A Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) foi criada logo após o fim da guerra, servindo ao imperialismo para a regulação internacional da produção dessas armas. O palavreado sobre a contenção das armas nucleares acontecia simultaneamente aos testes com as bombas termonucleares no contexto da guerra fria.

Na década de 1960, cinco potências eram dotadas de armas nucleares: EUA, Reino Unido, França, URSS e China. Estabelecia-se o conceito de “destruição mutuamente assegurada”, ou seja, a única forma de se proteger de um ataque nuclear seria também possuir bombas atômicas. A ONU elaborou um acordo para deter a proliferação dessas armas, o Tratado de Não Proliferação (TNP), que diz basicamente que qualquer país que tenha testado uma arma nuclear até 1967 poderia

manter seu arsenal, os demais não teriam licença para construir novas bombas. Estabelecia-se o monopólio das armas nucleares nas mãos do imperialismo e de alguns poucos países. Israel, Índia e Paquistão nunca assinaram o tratado e não podem ser vistoriados pela ONU.

No final de 1950, com ajuda da França e dos EUA, Israel começou a construir sua bomba. A Índia, com a ajuda dos EUA, e o Paquistão, com ajuda da China, iniciaram seus programas nucleares no mesmo período. Em 1981, no Iraque e em 2007, na Síria, Israel bombardeou instalações onde supostamente estariam sendo construídas armas nucleares. Em 2003, a Coreia do Norte abandonou o TNP e em 2006, se tornou o nono país com armamento nuclear. De passagem, mencionamos que o Brasil assinou o TNP em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, se comprometendo, de acordo com as normas ditadas pelo imperialismo, a não criar um programa nuclear bélico.

O Irã fez parte do programa Átomos pela Paz, recebendo inclusive um reator nuclear dos EUA em 1967 e assinou o TNP um ano depois. Em 2015 assinou um acordo com seis potências nucleares onde aceitava ser monitorado pela AIEA, que anos antes havia anunciado que o Irã havia realizado atividades no sentido da construção da bomba. Em troca, as potências retirariam uma série de sanções econômicas ao país. Trump, em seu primeiro mandato, abandonou unilateralmente esse acordo e retomou as sanções ao Irã. Em resposta, o Irã avançou no seu programa nuclear, sem, no entanto, chegar à construção da bomba.

Em 31 de julho de 1991, o governo dos Estados Unidos, George H. W. Bush, e o da União Soviética, Mikhail Gorbachev, assinaram um acordo de redução das armas nucleares, denominado Acordo de Redução de Armas Estratégicas (START). Em dezembro de 1991, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desmoronou sob o impulso da restauração capitalista. Em 3 de janeiro de 1993, o governo norte-americano, George H. W. Bush, e o da Rússia, Boris Yeltsin, renovaram o acordo, denominado de Novo START, prorrogado até 2021. A segunda versão não teve valor prático, devido a Duma protelá-lo questionando o intervencionismo dos Estados Unidos no Iraque e o cerco da OTAN à Rússia.

Em fevereiro de 2023, com o início da guerra na Ucrânia, o governo Putin rompeu o acordo, acusando o governo norte-americano de Biden de promover o cerco da OTAN à Rússia. E, agora, em 17 de julho, Trump ordenou o bombardeio do Irã, sob a alegação de que o país persa não pode chegar à bomba atômica. A decisão da União Europeia e do Reino Unido de se rearmarem inclui acionarem os programas nucleares. A escalada armamentista combina com o agravamento e a ampliação da guerra comercial lançada pelos Estados Unidos. O Brasil começa a sentir seus reflexos desintegradores das relações econômicas. É fundamental que as respostas venham da classe operária.

É nesse contexto que vemos os EUA, proprietário de mais de cinco mil ogivas nucleares (de fissão e de fusão), tentarem controlar a produção ou não de suas próprias armas atômicas. Uma flagrante interferência na soberania já frágil do Irã. Fica claro que a justificativa usada para os ataques sobre o Irã não passa de palavreado. Suas razões principais estão na tentativa de derrubar a República Islâmica ampliando o controle regional sobre as imensas fontes de matéria-prima e rotas comerciais.

O direito à autodeterminação dos povos e das nações oprimidas inclui o direito de se armarem como bem entenderem para enfrentar o imperialismo. A questão de que tais armas estejam sob a posse do regime reacionário dos Aiatolás, tão repisada pelos centristas, é secundária nesse momento. As massas iranianas acertarão suas contas com esse regime quando chegar o momento, fundamentalmente no processo de luta e construção do seu partido operário revolucionário. Neste momento, trata-se de lutar ao lado da nação oprimida contra o imperialismo. A bandeira tática que corresponde à defesa da nação oprimida é a da frente única anti-imperialista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 743, introduzimos o estudo sobre a Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. Em continuidade, trataremos dos capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. Lembramos que o estudo sobre o processo de restauração capitalista e o movimento contrário dirigido por Trotsky vem sendo exposto sistematicamente nos números anteriores do Jornal Massas.

“A situação da classe operária e os sindicatos”

A Revolução Russa triunfou graças à luta heroica do proletariado, dirigido pelo Partido Bolchevique. Mas, não foi a única força social que combateu o Estado czarista e o Estado burguês que se ergueu com a Revolução de Fevereiro de 1917. O campesinato confluiu com a classe operária, o que permitiu aos bolcheviques realizarem a estratégia da constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Essas duas forças sociais não só estiveram na base da derrubada do poder da burguesia e de sua expropriação revolucionária como em seguida passaram a ser decisivas para o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Somente a classe operária, porém, poderia encarnar plenamente a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Eis por que os capítulos dois e três da Plataforma da Oposição analisam a questão operária e camponesa.

As dificuldades iniciais diante da tarefa de afirmar o poder soviético, que se apoiava nessas duas classes oprimidas, se manifestavam na reorganização da produção baseada na economia nacionalizada. A Plataforma expunha a seguinte formulação: “O fator decisivo para avaliar o progresso de nosso país pelo caminho da construção socialista deve ser o desenvolvimento de nossas forças produtivas e o predomínio dos elementos socialistas sobre os capitalistas, unindo o melhoramento de todas as condições de existência da classe operária”. Cabia, portanto, ao Estado Soviético criar as condições para que a classe operária assumisse o processo de produção e a consequente construção socialista do conjunto da economia.

Nesse sentido, a Plataforma critica e rechaça o que denominou “socialismo corporativo”. Em outras palavras, a orientação burocrática mantinha e reproduzia a relação capitalista entre salário e intensidade do trabalho. Arruinada como saiu a economia russa após a guerra civil, os obstáculos para elevar as condições de existência da classe operária eram imensos e deviam ser considerados, mas à procura de novas relações de trabalho. Tais dificuldades eram reconhecidas pela Oposição de Esquerda, ao mesmo tempo que rejeitava soluções corporativas. Explica: “A apropriação da mais-valia por um Estado operário não é, certamente, exploração. Mas, em primeiro lugar, temos um Estado operário com deformações burocráticas. O descomedido e privilegiado aparato administrativo consome uma significativa parte de nossa mais-valia. Em segundo lugar, a burguesia nascente, servindo-se do comércio e especulando com a disparidade anormal dos preços, se apropria de uma parte da mais-valia criada pela indústria do Estado”. (...) “Isso conduz, inevitavelmente, não só a uma precarização da situação dos operários industriais, mas também uma redução da importância relativa do proletariado na sociedade soviética”.

Havia que agir, assim, no sentido contrário a esse descenso, projetar a classe operária como fator fundamental do reerguimento da economia sobre as bases da nacionalização. Esse fortalecimento se expressaria no trabalho agrícola. A jornada extensa e os salários inferiores às necessidades mínimas, que se verificavam no campo, deviam ser enfrentados. Era preciso valorizar as camadas mais baixas do proletariado agrícola.

A Plataforma reconhece que a “miserável situação do lavrador assalariado não é apenas o resultado das dificuldades da constru-

ção socialista em um país camponês atrasado”. A questão estava em que resultava “do falso caminho que se segue e que, na prática, na realidade da vida, se volta uma atenção predominante aos níveis superiores e não aos inferiores da população camponesa”. A Plataforma assinalava uma das questões fundamentais do processo de transição do capitalismo ao socialismo, que era a persistência da forte presença dos camponeses, de suas diferenciações internas, e do trabalho assalariado no campo.

O conflito da Oposição de Esquerda com a orientação da direção estalinista, nesse momento, se dava em torno da linha que fortalecia o camponês rico em detrimento dos assalariados. Eis a proposição da Plataforma: “Devemos levar a cabo uma defesa sistemática e geral do lavrador assalariado não só contra o kulak, mas também contra o camponês médio”.

A Plataforma reconhece a manifestação de uma “crise do trabalho”. O desemprego em 1927 é detectado como um fator dessa crise. Verificava-se que em “consequência deste estado de coisas seria elevado o número de crianças sem albergue, de mendigos e prostitutas”. Essa previsão exigia ações que envolvessem toda a classe operária em elevar a capacidade de produção da economia nacionalizada. Os sindicatos, portanto, deviam ocupar um lugar importante diante dos conflitos trabalhistas, que não seriam resolvidos por “medidas coercitivas”. Despontava-se, contraditoriamente, uma tendência à burocratização.

A Plataforma assinala criticamente a pequena “porcentagem de operários industriais e de operários militantes sem partido nos órgãos executivos elegíveis”. Eis a conclusão: “Nunca os sindicatos e a massa operária estiveram tão longe da direção da indústria socialista como agora. A atividade própria dos operários organizados nos sindicatos vai sendo substituída por acordos entre os secretários dos sindicatos, os diretores das fábricas e os presidentes dos comitês de fábrica (o ‘triumvirato’). A atitude dos operários diante dos comitês de fábrica é de desconfiança. A presença nas reuniões gerais é reduzida”. A burocratização se evidencia na marginalização das massas operárias da “direção da indústria socialista”.

A Plataforma da Oposição apresenta uma série de “proposições práticas”, tanto em relação às condições materiais quanto políticas. Selecionamos e sintetizamos algumas delas: 1) “cortar pela raiz a propensão a prolongar a jornada de oito horas”; 2) “elevação dos salários a um nível que corresponda pelo menos ao aumento alcançado na produtividade do trabalho”; 3) “eliminar os abusos burocráticos das medidas de racionalização”; 4) “aplicação inflexível de uma política de classe nas questões de moradia”; 5) “os contratos coletivos devem ser realizados depois de uma discussão real, não fictícia, nas assembleias operárias (...); anular a decisão do XIV Congresso que concede aos organismos dirigentes das fábricas o direito à arbitragem obrigatória (...); o Código do Trabalho deve ser considerado como o mínimo e não o máximo do que tem direito do proletariado pedir”; 6) “em relação às operárias, deve se adotar a bandeira: trabalho igual, salário igual”; 7) “a ação dos sindicatos deve ser avaliada em primeiro lugar pela defesa dos interesses econômicos e culturais dos operários, nas condições industriais existentes”; 8) “as eleições efetivas, a propaganda, a responsabilidade diante dos filiados devem constituir-se a base do trabalho sindical”; 9) “a porcentagem de operários sem partido deve elevar-se nos or-

ganismos pelo menos a uma terça parte”; 10) “proibir a destituição de comunistas eleitos aos cargos sindicais devido a divergências internas do partido”; 11) “garantir a independência absoluta do comitê de fábrica e dos comitês locais em relação aos órgãos diretores”; 12) “proteger o direito dos redatores da imprensa operária e punir rigorosamente aqueles que os persigam por fazer declarações”; 13) “ampliar as funções da Comissão de Controle de maneira que abarquem a inspeção da execução de suas decisões e a investigação do acerto dessas para proteger os interesses dos operários”; 14) “aplicar o direito de greve nas indústrias do Estado, segundo a orientação do XI Congresso, redigida por Lênin; no caso da greve nas indústrias concessionárias, essas serão consideradas como indústrias privadas”.

A questão agrária e a construção socialista

A Plataforma, nesse ponto, se inicia com uma formulação programática, assentada na orientação leninista. Eis: “A produção em pequena escala cria o capitalismo e a burguesia constantemente, dia a dia, a cada hora, elementarmente e em grandes proporções”. Ou o Estado operário, contando com alto desenvolvimento e eletrificação da indústria, consegue vencer o atraso técnico de milhões de pequenas e micro indústrias, organizando-as sobre a base do coletivismo e de vastas unidades, ou então o capitalismo, com sua força de recrutamento no campo, minará as bases do socialismo na cidade”. A identificação dessa contradição, realizada por Lênin já em 1920, aparece como decisiva para a Oposição de Esquerda.

A massa camponesa oprimida e libertada pela revolução proletária se uniu decisivamente com as forças revolucionárias que estabeleceram a ditadura do proletariado. Tornou-se obrigatório no processo da construção socialista não confundir a fração que se apoia na exploração do trabalho. Essa orientação passava pelo crivo do revisionismo estalinista-bukariano, que favorecia o kulak, camponês proprietário e rico.

Em resumo, a Plataforma assinala os seguintes desvios da linha leninista: “1) abandono do princípio fundamental do marxismo de que somente uma indústria poderosamente socializada pode ajudar os camponeses a transformar a agricultura seguindo o caminho do coletivismo; 2) subestimação do trabalho assalariado e do camponês pobre como base social nos distritos rurais da ditadura proletária; 3) depositar esperanças no camponês ‘forte’ em relação a indústria agrícola, isto é, no fundo, no kulak; 4) ignorar ou negar abertamente o caráter pequeno-burguês da propriedade e da indústria camponesa, o que significa um desvio da posição marxista para as teorias dos socialistas revolucionários; 5) subestimação dos elementos capitalistas no atual desenvolvimento do campo e ocultamente das diferenciações de classe que estão abrindo caminho entre os camponeses; 6) criação de teorias desintegradoras para demonstrar que o kulak e as organizações do kulak não terão, de qualquer modo, probabilidades de triunfo, porque a estrutura geral da evolução de nosso país se acha pré-determinada pela estrutura da ditadura proletária. (citação extraída da obra de Bukharin “O caminho do socialismo e a união de operários e camponeses”); 7) fomentar o ‘enxerto de núcleos cooperativos de kulak em nosso sistema’; 8) tentativa de opor o ‘plano cooperativo’ de Lênin a seu plano de eletrificação”.

A conclusão da Plataforma é a de que “o desenvolvimento das forças produtivas do kulak e o aumento de sua produção mercantil reprimem e obstruem o desenvolvimento das forças produtivas do restante da indústria camponesa”. Nesse sentido, era decisiva a constatação de que era preciso superar a contradição entre a cidade e o campo. O que viria a ocorrer no caso do avanço da industrialização sob a condução do Estado soviético. A diferenciação entre os camponeses em favor dos kulaks contrariava os objetivos da transição do capitalismo ao socialismo.

A Plataforma analisa os perigos da renda da terra controlada por aqueles que possuíam os meios de produção. Essa via levava a ampliação da concentração da terra em mãos dos camponeses ricos.

A conclusão se resume: “A difícil situação da classe operária no X aniversário da Revolução de Outubro se explica, em última análise, pela pobreza do país, pelas consequências da intervenção e do bloqueio e pela luta incessante do capitalismo circundante contra o primeiro Estado proletário. Essa situação não pode ser mudada abruptamente e pela força, mas pode e deve ser mudada mediante uma política acertada. A tarefa dos bolcheviques não é a de traçar quadros vantajosos de seus êxitos – que são desde já muito reais –, mas colocar com firmeza e clareza a questão do que está por se fazer, do que se deve fazer e do que se pode fazer com uma política acertada”.

Era preciso afastar os camponeses médios dos kulaks e aproximá-los da “política agrária socialista”. Tratava-se de um dos “problemas primordiais da ditadura proletária”. Extraía-se desse embate contra o revisionismo as seguintes orientações: a) “somente prestando a devida atenção ao agricultor assalariado, somente seguindo um caminho baseado no campesinato pobre e em sua união com o campesinato médio, somente uma luta decisiva contra o kulak, somente o caminho da industrialização, somente o caminho das cooperativas de classe e de um sistema agrícola de crédito de classe, tornarão possível atrair o campesinato médio para a obra de reconstrução socialista da agricultura”; b) “o desenvolvimento da propriedade privada no campo deve ser combatido com o mais rápido desenvolvimento da agricultura coletiva. É necessário apoiar sistematicamente e de ano a ano os esforços dos camponeses pobres por organizar-se coletivamente”; c) “adotar as seguintes medidas: um sistema de impostos claramente progressivo. Disposições legislativas para a defesa do trabalho assalariado e a regulamentação dos salários dos operários agrícolas; uma política de classe acertada na questão da distribuição e utilização da terra, assim como na de dotar o campo de tratores e outros instrumentos de produção”; d) “uma das medidas essenciais para o fortalecimento da nacionalização da terra é a subordinação das comunidades agrícolas aos órgãos locais do Estado e o estabelecimento de um firme controle por parte dos sovietes locais, purificados da influência do kulak, na regulamentação de todas as questões da distribuição e utilização da terra”; e) “o partido deve opor uma tenaz resistência a todas as tendências voltadas à anulação ou ao debilitamento da nacionalização de terra, que é um dos pilares fundamentais da ditadura do proletariado”; f) “todo o trabalho das cooperativas deve estar imbuído do problema da transformação da produção em pequena escala em grande produção coletiva”.

Esse conjunto de críticas ao revisionismo estalinista-bukariano e as orientações gerais à solução da contradição entre a cidade e o campo, bem como o enfrentamento taxativo ao poder do kulak, conduzem à posição programática de que “em todas as tarefas agrárias, o Partido Comunista Russo se apoia como antes nas forças do camponês proletário e semiproletário. Organiza-os sobretudo como forças independentes, criando núcleos do partido nas aldeias, organizações dos pobres, um tipo particular de sindicato para os proletários e semiproletários rurais etc., associando-os por todos os meios possíveis com o proletariado urbano e separando-os da influência da burguesia rural e dos interesses dos pequenos proprietários”.

O estudo das relações entre a situação da classe operária, dos sindicatos e a questão agrária, voltadas à construção do socialismo, expostas pela Plataforma da Oposição de Esquerda, ilumina em grande medida a origem do processo de restauração capitalista e a luta da vanguarda leninista encarnada pela direção de Trotsky no sentido de vencer as forças capitalistas presentes que abriam passagem à contrarrevolução termidoriana.

(As citações foram extraídas de “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)